



Análise às Políticas Desportivas no Ensino Superior em Portugal e na Europa

Dissertação para obtenção de Grau de
Mestre em Gestão do Desporto,
apresentado à Faculdade de Desporto
da Universidade do Porto.

Orientadora: Professora Doutora Maria José Caralho

Tiago Jardim Teixeira

Porto, 8 de junho 2026

Ficha de Catalogação

Teixeira, T. J. (2026). *Análise às Políticas Desportivas no Ensino Superior em Portugal e na Europa*. Porto: T. Teixeira. Dissertação, para a obtenção do grau de Mestre em Gestão do Desporto, apresentado à Faculdade de Desporto da Universidade do Porto.

Agradecimentos

Quero agradecer aos meus pais por me terem dado a oportunidade de poder estudar no ensino superior e escolher de forma completamente livre a minha área de estudo.

Aos meus amigos que me acompanharam ao longo desta jornada. Em especial ao Ruel e ao Bernardo com os quais passei os últimos meses a discutir assuntos acerca desta dissertação e que tanta força me deram.

À Prof. Dra. Maria José Carvalho, foi uma honra poder ter sido seu aluno.

Ao Prof. Dr. Thiago Santos, pela dedicação que coloca neste mestrado.

A todos os professores do mestrado que me ajudaram a crescer no mundo da gestão desportiva.

A todos os meus colegas de turma que tornaram este percurso mais bonito.

índice

Resumo.....	6
Abstract.....	7
Abreviaturas e Símbolos	8
Introdução.....	9
Revisão da literatura.....	11
1. Políticas públicas e Políticas do Desporto	11
1.1. Conceito de Política	11
1.1.1. Liberdade política	12
1.2. Políticas Públicas	13
1.3. Políticas de Saúde Pública.....	14
1.4. Políticas do Desporto.....	15
1.4.1. Políticas do Desporto no Contexto Educativo	17
2. Ensino Superior e Desporto.....	19
2.1. Ensino Superior como espaço de intervenção pública	20
2.2. Desporto Universitário.....	21
2.3. Políticas do Desporto de Ensino Superior	22
2.3.1. Participação desportiva no ensino superior	23
2.3.2. Obstáculos à participação	25
3. Sistema Desportivo Português	28
3.1. Desporto Universitário em Portugal	29
3.1.1. Estrutura organizacional	30
3.1.2. O papel das IES e do movimento associativo.....	31
4. Revisão Sistemática	34
4.1. Introdução	36
4.2. Revisão da Literatura.....	38
4.2.1. A origem e o propósito do desporto universitário	38
4.2.2. Desporto universitário nos EUA e na Europa.....	39
4.2.3. Lacunas na Investigação	41
4.3. Metodologia	42
4.3.1. Recolha de dados e procedimentos	42
4.3.2. Análise de dados.....	43
4.4. Resultados	45
4.4.1. Temáticas e Dispersão.....	45
4.4.2. Áreas Temáticas	47

4.5.	Discussão	61
4.5.1.	Dispersão e Temáticas.....	61
4.5.2.	Áreas Temáticas	62
4.6.	Linhas de Investigação Futuras.....	68
4.7.	Conclusões	68
4.8.	Referências.....	70
5.	Considerações Finais	81
6.	Referências.....	85

Resumo

A presente investigação tem como objetivo analisar as políticas desportivas no ensino superior europeu, procurando compreender de que forma o desporto universitário tem sido conceptualizado, organizado e estudado enquanto instrumento de saúde pública, inclusão social, desenvolvimento humano e participação ao longo da vida. Partindo do reconhecimento de que o ensino superior representa uma fase crítica na consolidação de hábitos de atividade física, este trabalho enquadra o desporto universitário no cruzamento entre políticas públicas, políticas de saúde, políticas desportivas e governação institucional.

Metodologicamente, o estudo assenta numa revisão da literatura e numa revisão sistemática sobre desporto universitário na Europa. A revisão da literatura permite construir o enquadramento normativo, político e conceptual do tema, articulando os contributos da ciência política, das políticas públicas, da saúde pública e da gestão do desporto. Complementarmente, a revisão sistemática reúne, organiza e interpreta a investigação europeia existente sobre o desporto universitário, permitindo identificar as principais temáticas estudadas, os enfoques dominantes e as lacunas ainda presentes na literatura.

Os dados analisados sugerem que o desporto universitário tem vindo a adquirir uma crescente relevância política e social no contexto europeu, sobretudo pela sua relação com a promoção da atividade física, do bem-estar mental, da integração académica e da inclusão. Contudo, a literatura também evidencia fragilidades persistentes na estruturação das políticas desportivas de ensino superior, nomeadamente ao nível da participação, da equidade no acesso, da flexibilidade da oferta e da articulação entre instituições, federações e movimento associativo estudantil. Neste sentido, a investigação reforça a necessidade de aprofundar o estudo das políticas desportivas aplicadas ao ensino superior, entendendo este contexto como espaço estratégico para o desenvolvimento de respostas institucionais mais integradas, inclusivas e sustentáveis.

Palavras-Chave: políticas desportivas; ensino superior; desporto universitário; políticas públicas; saúde pública.

Abstract

This dissertation analyses sport policies in European higher education, seeking to understand how university sport has been conceptualized, organized, and studied as an instrument of public health, social inclusion, human development, and lifelong participation. Recognizing higher education as a critical stage in the consolidation of physical activity habits, the study positions university sport at the intersection of public policy, health policy, sport policy, and institutional governance.

Methodologically, the research is based on a literature review and a systematic review of scientific production on university sport in Europe. The literature review provides the normative, political, and conceptual framework of the topic, bringing together contributions from political science, public policy, public health, and sport management. In addition, the systematic review gathers, organizes, and interprets the existing European research on university sport, identifying the main themes addressed in the literature, the dominant perspectives, and the main gaps that still remain.

The evidence suggests that university sport has gained increasing political and social relevance in the European context, particularly because of its relationship with physical activity promotion, mental well-being, academic integration, and inclusion. However, the literature also highlights persistent weaknesses in the structuring of higher education sport policies, especially regarding participation, equity of access, flexibility of provision, and coordination among institutions, federations, and student associations. In this sense, the dissertation reinforces the need to deepen research on sport policies applied to higher education, understanding this setting as a strategic space for the development of more integrated, inclusive, and sustainable institutional responses.

Keywords: sport policies; higher education; university sport; public policy; public health.

Abreviaturas e Símbolos

IES – Instituições de Ensino Superior

AAEE – Associações Académicas e/ou de Estudantes

FADU – Federação Académica do Desporto Universitário

EUSA – Associação Europeia do Desporto Universitário

FISU – Federação Internacional do Desporto Universitário

BUCS – British Universities & Colleges Sport

OMS – Organização Mundial de Saúde

NCAA - National Collegiate Athletic Association

Introdução

O desporto universitário tem vindo a afirmar-se progressivamente como um tema relevante na interseção entre políticas públicas, saúde pública, educação e gestão do desporto. Se durante muito tempo o debate em torno do desporto no ensino superior esteve sobretudo centrado na competição, na representação institucional e na tradição académica, hoje tende a ser enquadrado de forma mais ampla, como instrumento de promoção da atividade física, do bem-estar, da inclusão social e do desenvolvimento humano. Esta transformação decorre da crescente valorização política do desporto enquanto bem público e da consolidação de uma perspetiva que reconhece o ensino superior como espaço estratégico de intervenção sobre os estilos de vida dos jovens adultos.

A pertinência deste tema torna-se particularmente evidente quando se considera que a transição para o ensino superior corresponde a um momento crítico de reorganização das rotinas de vida, frequentemente associado a uma diminuição dos níveis de atividade física e a um agravamento dos comportamentos sedentários. Ao mesmo tempo, é nesta fase que muitos estudantes redefinem a sua relação com o desporto, quer abandonando práticas anteriormente regulares, quer encontrando novas formas de envolvimento através das estruturas e oportunidades disponibilizadas pelas instituições. Neste contexto, as instituições de ensino superior assumem uma responsabilidade acrescida na criação de ambientes, políticas e programas capazes de favorecer a participação desportiva de forma continuada, inclusiva e ajustada à diversidade da população estudantil.

No plano europeu, a valorização do desporto como instrumento de saúde pública, coesão social e educação ao longo da vida tem vindo a refletir-se em documentos estratégicos e orientações políticas que reforçam a necessidade de promover a atividade física em todos os contextos de vida, incluindo o ensino superior. Contudo, apesar desta valorização crescente, o desporto universitário permanece um campo ainda relativamente pouco estudado no contexto europeu, particularmente no que respeita às políticas desportivas que o enquadram, aos modelos de governação que o sustentam e às estratégias institucionais orientadas para a participação, inclusão e equidade.

É neste enquadramento que a presente dissertação se propõe analisar as políticas desportivas no ensino superior na Europa. O objetivo central passa por compreender de que modo o desporto universitário tem sido pensado e estudado enquanto objeto político e organizacional, identificando os principais temas abordados na literatura, os modelos de intervenção mais visíveis e as lacunas persistentes na investigação. Mais do que descrever programas ou competições, pretende-se situar o desporto universitário como parte de uma agenda mais ampla de políticas públicas, saúde e desenvolvimento humano, reconhecendo o seu potencial enquanto espaço de intervenção estratégica.

Para responder a este propósito, o trabalho estrutura-se em dois eixos complementares. Num primeiro momento, desenvolve-se uma revisão da literatura que enquadra o conceito de política, políticas públicas, políticas de saúde pública, políticas desportivas e a especificidade do ensino superior enquanto espaço de intervenção. É ainda realizado um enquadramento do desporto universitário ao nível da responsabilidade social que detém e a forma como este ocorre em Portugal. Este percurso teórico permite compreender a evolução do papel atribuído ao desporto, desde uma visão mais restrita e competitiva até à sua afirmação como instrumento de saúde, inclusão e cidadania. Num segundo momento, apresenta-se uma revisão sistemática da literatura sobre desporto universitário na Europa, com o objetivo de identificar tendências temáticas, áreas dominantes de investigação e fragilidades do conhecimento existente.

A relevância científica e social desta dissertação assenta em três aspetos principais. Em primeiro lugar, contribui para aprofundar um campo de estudo ainda pouco consolidado no espaço europeu. Em segundo lugar, reforça a compreensão do ensino superior como contexto privilegiado de ação política e institucional em matéria de atividade física e desporto. Em terceiro lugar, oferece uma base crítica para pensar futuras estratégias de promoção do desporto universitário, mais coerentes com os princípios de participação ao longo da vida, inclusão, equidade e saúde pública.

Revisão da literatura

1. Políticas públicas e Políticas do Desporto

1.1. Conceito de Política

Etimologicamente falando, é correto atribuir ao grego a origem dos termos: “polis”, “politikos”, “politeia” ou “politikè”, que se referem à cidade, estado, assembleia dos cidadãos que compõem a cidade e a vida política, mas o que é importante notar é que esses termos e conceitos evoluíram ao longo das diferentes civilizações e protagonistas (Bento & Constantino, 2012).

Segundo Houlihan (2005), ao analisarmos o conceito de política, percebemos que houve, um rápido crescimento do interesse acadêmico pelo tema das políticas públicas e, particularmente, pela forma como estas questões são incluídas na agenda dos governos, pelos fatores que moldam as escolhas políticas e o seu impacto. Ao entendermos esta realidade, deparamo-nos com a explicação de Dimock et al. (1983) que aponta política como a definição, em qualquer momento e lugar, de quais objetivos e medidas substantivas devem ser escolhidos para lidar com um problema, questão ou até uma inovação específica.

Como se verifica no que é referido por Innerarity (citado por Bento & Constantino, 2012, p. 47) que atribui como principal função da política, a produção e distribuição dos bens coletivos indispensáveis ao desenvolvimento da sociedade, o que implica a tomada de um conjunto de decisões em contextos marcados pela limitação temporal, pela escassez de informação e de recursos, bem como por um ambiente de elevada complexidade, que as novas dinâmicas sociais tendem a tornar ainda mais complexo. Posteriormente, Carvalho (2010, p.16) referiu que “estamos no domínio da Política, quando no âmbito da sociedade se arbitra, se concilia ou se procura a melhor solução para os desafios do momento e, depois, se decide”, ou quando estamos diante do exercício da denominada “arte de governar”.

Bobbio (2000), que observa o conceito de política como uma relação entre poder e a atividade humana, acrescenta que na era moderna existem novas formas de se apresentar esse poder, seja através da economia, ideologia ou política. É importante compreender a relação de poder no seio da sociedade, uma vez que é esta que influencia,

condiciona e caracteriza as interações entre os diferentes grupos e contextos sociais, económicos e políticos. Segundo Bobbio (2000), são igualmente essas formas de poder que estruturam a sociedade, distinguindo grupos dominantes e subordinados, em particular através do poder económico e ideológico, dando origem a elementos próprios de cada esfera, como os conceitos de riqueza e pobreza, força e fragilidade. É destacado ainda que o conceito de poder se manifesta nos mais variados domínios da vida social de pequenos grupos envolvidos na gestão da produção agrícola familiar, passando pelo núcleo familiar, até atingir as relações entre as diferentes classes sociais (Bobbio, 2000).

1.1.1. Liberdade política

Neumann, F., & Prol, F. M. (2013), numa obra de filosofia alemã que explora o conceito de liberdade política, referiram não ter dúvidas de que a política simboliza a luta pelo poder, neste contexto afirmam que o “Direito enfrenta a Força e a Ideia combate o Poder”, ou seja, desta forma conseguimos entender que tanto o Direito como a Ideia são os vencedores desta confrontação. Também para Neumann, F., & Prol, F. M. (2013) a política constitui, indubitavelmente, uma disputa pelo poder, contudo, nesse embate, indivíduos, grupos e Estados podem representar interesses que transcendem objetivos meramente egoístas. Alguns atores podem defender interesses nacionais ou mesmo da humanidade, ao passo que os seus opositores limitam-se a racionalizar reivindicações de carácter particular e centrados em si próprios.

Seguindo o descrito por Przeworski (1995), o Estado tem em sua posse três alternativas base de poder, podendo ainda adequar essas alternativas à finalidade com vista a dar resposta às necessidades da sociedade. A primeira perspetiva refere-se à capacidade do Estado em responder às preferências dos cidadãos por meio de um processo democrático, em particular através das eleições, nas quais os atores políticos apresentam e procuram implementar as suas plataformas de governo. A segunda diz respeito à autonomia do Estado e dos administradores públicos, que, orientados por interesses próprios ou de grupo, procuram viabilizar as suas ideias no contexto social. Por fim, a terceira perspetiva sustenta que o poder efetivo de governação reside no capital, ficando o Estado condicionado pelas intervenções económicas daqueles que detêm a riqueza produtiva. Neste ponto de vista, Przeworski (citado por Grasso, 2015, p. 26) refere ainda que estas três formas articulam-se entre si, não sendo possível a adoção exclusiva de

apenas uma, sob pena de empobrecimento do processo político de negociação de interesses.

1.2. Políticas Públicas

Quando examinamos o conceito de “Políticas Públicas” percebemos que a proposta tem origem política e fim público, ou seja, de uma ação estatal que seja possível de aplicar com sucesso numa sociedade, que promova e garanta os demais direitos, podendo ser capaz de resolver até todas as necessidades da população à qual se destina (Mastrodi & Ifanger, 2020). As políticas públicas referem-se a tudo o que os governos decidem implementar. Como refere Dye (2013), os governos desempenham várias funções, como regular conflitos internos e estruturar a sociedade para interagir com outras, oferecer uma variedade de recompensas simbólicas e serviços materiais aos cidadãos, e arrecadar recursos, geralmente na forma de impostos. Assim sendo, o mesmo autor refere que as políticas públicas podem servir para regular comportamentos, organizar estruturas burocráticas, distribuir benefícios ou coletar impostos.

Mastrodi e Ifanger (2020) referem “Ao se promover uma política pública que busque atingir essa finalidade, e na medida em que há desenvolvimento econômico e social, cria-se um ambiente de promoção de direitos”, assim sendo, sugerem que as políticas públicas promovam objetivos e não direitos, isto no sentido em que as políticas públicas servem o atingimento dos objetivos, sendo os direitos frutos dessa busca pelos objetivos primordiais, ou seja, as políticas públicas são destinadas a servir os direitos dos cidadãos, mas de uma forma indireta sendo o objetivo primário o atingir de todos os objetivos fundamentais. É ainda possível acrescentar que as políticas públicas, enquanto atividade estatal fundada na alocação orçamental e na utilização de recursos públicos para a implementação de ações orientadas a fins específicos (Kingdon, 2014, p. 3), têm sido fortemente associadas à promoção dos direitos sociais, económicos e culturais.

Nos últimos anos o interesse académico pela forma como as políticas públicas se processam tem crescido, sendo abordado como um tema omnipresente no nosso dia a dia (Knill, C., & Tosun, J., 2020), o que tornou este terreno da análise política fértil, seja no que concerne à inovação conceptual, como aos modelos ou teorização analítica e normativa existentes (Houlihan, 2005). Por outro lado, como refere Dye (2013), os governos estão sempre limitados por diversos fatores, sejam eles forças sociais influentes,

padrões de vida familiar, classes sociais, práticas de educação e religião, o que dificulta a gestão de uma sociedade e dos seus principais problemas.

Neste sentido, Knill & Tosun (2020) argumentam que as ações governamentais centram-se em questões específicas o que implica a restrição das ações políticas, mas que quando se abordam as políticas públicas, estas requerem uma combinação de ações interrelacionadas, ou seja, combinações de políticas, como forma de oferecer uma resposta mais capaz de resolver a problemática em questão. Desta forma, é possível compreender a importância da relação entre os vários setores para o desenvolvimento de políticas públicas, sendo necessário entender onde estão enquadradas as políticas desportivas para que essas possam ser alimentadas da melhor forma possível.

1.3. Políticas de Saúde Pública

No entanto, enquanto áreas políticas como o ambiente e o bem-estar social foram objeto de análises extensas e foram o foco e o aperfeiçoamento das primeiras estruturas e modelos de análise de políticas, o desporto permaneceu à margem (Houlihan, 2005). Neste sentido, e percebendo a importância atual deste tema, Marques (2024) salienta que uma análise cuidadosa dos fatores determinantes da atividade física e dos seus correlativos evidencia o papel das políticas públicas no desenvolvimento de meios e instrumentos destinados a modificar o enquadramento ambiental das populações, com vista à redução da inatividade física e do sedentarismo. Seguindo o referido por Nancy Milio acerca das políticas públicas, estas compõem:

“O guia de ação governamental que define a gama de possibilidades para as escolhas feitas por organizações públicas e privadas, empresas comerciais e voluntárias e indivíduos. Em praticamente todas as facetas da vida, a criação e uso de bens, serviços, informações e ambientes são afetados pelas políticas governamentais – fiscal, regulamentar, prestação de serviços, pesquisa e educação e procedimentos. A política pública torna-se então uma abordagem privilegiada para criar as condições e as relações que podem nutrir a saúde (Milio, 1988b:264).”

Desta forma, é nos possível entender a relação direta em como as políticas de saúde pública promovem as políticas desportivas. Além disso, a Carta de Ottawa (World

Health Organization, 1986) refere ainda que a saúde deixou de ser apenas a preocupação com a existência ou não de doença, mas sim a saúde como algo que se constrói ao longo do tempo e que se foca no incremento de recursos sociais, pessoais e humanos, nos quais estão destacadas as capacidades físicas. Segundo Kickbusch, I. (2003), na análise que faz a esta carta de Ottawa, refere que a saúde deixou de ser a preocupação com a doença, focando a sua preocupação nos recursos que cada um possui para lidar com as tarefas e desafios do quotidiano onde se enfatiza a necessidade das capacidades físicas.

A relação simbiótica entre políticas de saúde pública e políticas desportivas, intensifica-se quando esta prática desportiva está associada, há vários anos, à promoção de todos os recursos intelectuais e físicos que afastam o indivíduo das doenças relacionadas com o sedentarismo (Bell, et al. 2019). Assim sendo, a Carta de Ottawa (World Health Organization, 1986) refere que para produzirmos saúde, é necessário ter em consideração aspetos como a paz, o rendimento, a habitação, e destaca como ainda mais importante a promoção de saúde como um processo em que a sociedade se capacita e reforça as suas competências, inclusive as físicas. Percebemos o quão atual continua a ser este tema quando abordamos o que refere o *Global action plan on physical activity 2018-2030* (World Health Organization, 2018), no qual a atividade física passou a ser uma das prioridades globais no que toca à saúde, educação e às políticas públicas, o que posiciona as políticas desportivas no campo dos instrumentos políticos de saúde.

Por fim, Dudley, et al. (2017) refere que a promoção de atividade física não é suficiente para a que esta capacite os níveis de saúde pública e aponta para a necessidade de se criar uma noção de literacia física adequada à realidade. Isto porque, as políticas de saúde pública revelam-se mais eficazes se a comunidade participar de forma ativa na sua idealização e construção, incrementando a sua relevância e sustentabilidade (Holmes, B., 2011). Além desta adequação à realidade social para a qual se dirige uma política de saúde pública, é primordial que se tenha em consideração que a construção desta aprendizagem sobre as competências físicas seja realizada desde cedo, e apenas terá sucesso se o desporto, a educação e a saúde pública trabalharem em conjunto (Dudley, et al., 2017).

1.4. Políticas do Desporto

Será necessário entender a Carta Europeia do Desporto (Council of Europe, 1992) que define o desporto como um direito de cidadania e uma responsabilidade pública,

estabelecendo que os Estados-membros devem assegurar condições para a prática ao longo da vida. Sendo assim, percebemos que desde há muitos anos que os governos europeus se preocupam com o acesso à prática de atividade física por parte do seu povo. Esta perspetiva evoluiu com a *European Union Work Plan for Sport* (Council of the European Union, 2020), que enfatiza o papel do desporto como promotor de saúde pública, coesão social e desenvolvimento de competências. Consequentemente, compreendemos a alteração do paradigma e das preocupações do setor desportivo, cada vez mais relacionado com a saúde, estendendo o seu foco para além da performance física e preocupando-se de forma global com as dimensões sociais e educativas que o desporto possui.

Assim sendo, Correia (2009, p. 33) salienta que os responsáveis pela elaboração das políticas públicas devem pautar a sua atuação de acordo com este princípio orientador, “pensando e atuando no domínio desportivo com a intenção essencial de melhorar os níveis de acesso continuado dos cidadãos à prática do desporto”. Uma vez percebida a direção convergente com que os países europeus debatem a importância do desporto como um dos principais instrumentos de saúde pública, importa citar Houlihan (2014) que nos apresenta a noção de que o desporto é também ele um instrumento político, social e cultural. É através deste mesmo livro, que o autor nos explica que o estado intervém no desporto pois esta atividade é completa por atuar em todas as dimensões sociais, desde a coesão social e combate a tensões sociais, até à educação intelectual e física.

Esta é uma área que promove também uma identidade de grupo que se traduz numa partilha de valores morais e éticos. Grix (2009) aponta os casos em que o desporto é utilizado para resolver problemas sociais, dando os exemplos de casos de crimes juvenis ou realidades problemáticas em bairros sociais, para referir que este passou de ser apenas uma atividade de recreação ou competição para ser uma das mais importantes ferramentas de intervenção social. Desta forma, entendemos que o desporto é utilizado pelos governos para ser, não só um promotor de saúde pública, mas também um mecanismo de solidariedade e inclusão que contribui para a evolução social (Coalter, 2007).

Esta ideia foi consolidada através do *White Paper on Sport* (European Commission, 2007), um dos principais marcos na democratização das políticas desportivas da Europa, que reconheceu de forma sólida o desporto como ferramenta de saúde pública, inclusão social, governance, educação e cidadania. Neste sentido, é apresentado pelo *European*

Union Work Plan for Sport (Council of the European Union, 2020), aquelas que são as prioridades políticas para o desporto a nível europeu, de forma a serem operacionalizadas com base na promoção de atividade física, saúde pública, inclusão, educação, integridade e focada na participação constante ao longo da vida.

Seguindo esta tendência e sob a impossibilidade de separar o desporto da política (Grix, 2009), Coalter (2007) apresenta-nos a mudança de paradigma em relação ao desporto, onde o foco das políticas desportivas passou de uma ênfase pelos resultados competitivos, para a realidade contemporânea onde as políticas desportivas são sobretudo promotoras de saúde pública, coesão social e evolução da sociedade. Desta forma, os governos passaram a equilibrar as suas políticas associadas ao alto rendimento e à participação em massa (Houlihan & Green, 2008).

Assim sendo, como refere Dudley, et al (2017), o desporto, a educação e a saúde devem trabalhar de forma simbiótica em prol do desenvolvimento pessoal e humano de uma dada comunidade. Este facto, permite-nos colocar a educação física como um dos principais instrumentos da literacia física e destrancando-a como ponto de partida para uma sociedade mais ativa, pois é através dela, como referem Bego & Anjos (2020), que os mais jovens desenvolvem não só as suas competências motoras, mas também os seus níveis cognitivos, afetivo-sociais, éticos e motores que transportam para o resto da sua vida.

1.4.1. Políticas do Desporto no Contexto Educativo

Uma vez entendida a mudança de paradigma do desporto a nível europeu, através do já referido *European Union Work Plan for Sport* (Council of the European Union, 2020) é nos possível observar as escolas como espaços universais de fomento da prática desportiva e de atividade física, assim como locais onde devem ser implementadas as primeiras políticas de saúde pública nas quais estão incluídas as desportivas. Neste sentido, a UNESCO (2015) reconheceu as escolas como espaços primordiais de incentivo à prática desportiva e atividade física, posicionando a educação física como uma área de ensino crucial e essencial para o desenvolvimento pessoal e humano dos mais jovens.

Uma vez que é através da escola que se influenciam os hábitos de vida de uma sociedade, Kirk (2010) afirma que este contexto educativo é o principal responsável pelo fomento de estilos de vida saudáveis e ativos, já que este atinge de forma transversal

crianças e jovens. Percecionando o sistema de ensino, através da educação física, como um dos maiores instrumentos de saúde pública, será necessário reforçar a ideia de Dudley et al. (2017) que saúde, educação e desporto devem estabelecer uma relação direta a fim de posicionar a literacia física como elo de ligação entre as políticas desenvolvidas por essas três áreas. Neste sentido, Stylianou et al. (2019), apoiam a ideia de que, nas sociedades contemporâneas, as escolas têm a responsabilidade central da operacionalização das políticas de desporto e atividade física, sendo estes, espaços únicos para se implementarem as agendas públicas de saúde e bem-estar.

Por seu lado, a literacia física passa a ser o novo foco educativo, uma vez que influencia a operacionalização das políticas de participação ao longo da vida, Whitehead (2013) define-a como conhecimento e compreensão, competência física e motivação essenciais para cada um assumir a sua responsabilidade pelo envolvimento em atividades físicas ao longo da vida. Apenas com uma boa aposta em literacia física podemos orientar o paradigma atual para um desenvolvimento integral do desporto e atividade física, promotor de uma participação sustentada e permanente por parte de uma sociedade (Dudley, 2015). Esta preocupação transcende a performance desportiva, valorizando a relação individual com a atividade física durante a vida (Whitehead, 2019).

Atualmente o foco da educação física vai além do desenvolvimento das capacidades motoras, procurando produzir benefícios sociais, cognitivos e até emocionais dos alunos, o que revela uma preocupação com o desenvolvimento integral destes (Bailey, 2006). Deve então a educação física, seguir o foco de desenvolver uma sociedade mais ativa, mas também consciente a nível social, como afirma Kirk (2021) quando refere que esta deve desenvolver-se de forma consciente, oferecendo a possibilidade às crianças e jovens de abordarem esta área de forma inclusiva, crítica e enquanto fenómeno social importante para o seu crescimento integral. Além disso, Whitehead (2010) aponta a experiência física e motora como essencial no desenvolvimento do indivíduo, pois esta ocupa uma função central na construção da identidade, autonomia e relação deste com a comunidade à qual pertence.

Por fim, referir que o desporto é usado, já há muito tempo, como instrumento de coesão social, inclusão e participação comunitária (Coalter, 2007), o que nos leva a entender o porquê desta alteração de paradigma para um foco numa educação física que seja uma verdadeira escola de cidadania para além das suas funções de desenvolvimento

de habilidades motoras. São exemplos disso, as estratégias de intervenção social orientadas para crianças e jovens em situações de exclusão ou desigualdade social, que através de programas desportivos são reeducadas e reintegradas na sociedade (Grix, 2009). Assim sendo, a promoção de estilos de vida ativos não se remete apenas ao ensino básico e secundário, esta deve estender-se também ao ensino superior enquanto espaço fulcral e estratégico para a continuidade das políticas desportivas, pois como já podemos verificar estas estão diretamente relacionadas com a educação e saúde pública.

2. Ensino Superior e Desporto

O ensino superior assume, no contexto contemporâneo, um papel central na consolidação ou abandono de hábitos de atividade física. A evidência mostra que, em muitos países, a entrada na universidade coincide com uma quebra dos níveis de prática, mesmo entre estudantes que trazem experiências anteriores de desporto organizado. A revisão sistemática de Kljajević et al. (2022) confirma que os níveis de atividade física dos estudantes universitários são globalmente moderados, com uma proporção significativa abaixo das recomendações internacionais, e que esta realidade é relativamente transversal a diferentes sistemas de ensino.

Simultaneamente, estudos realizados em contextos tão distintos como o Médio Oriente ou a Europa apontam que a diminuição da prática está associada sobretudo ao aumento da carga académica, à dificuldade de gestão do tempo, à alteração das rotinas diárias e à necessidade de adaptação a novos contextos de residência e sociabilidade (Alkhawaldeh & Abdalrahim, 2019; Alsubaie et al., 2022). Estas mudanças ajudam a explicar porque é que a transição para o ensino superior é frequentemente descrita como uma fase crítica para a manutenção de estilos de vida ativos.

Brown et al. (2024), ao analisarem 39 estudos sobre atividade física em estudantes universitários, reforçam esta leitura ao identificarem 56 barreiras e facilitadores, posteriormente organizados no Theoretical Domains Framework (TDF) e no modelo COM-B. Os autores concluem que o contexto ambiental e os recursos disponíveis, as influências sociais e os objetivos pessoais são domínios determinantes, o que significa que a prática não depende apenas da motivação individual, mas também da forma como

o ambiente universitário organiza tempos, espaços e oportunidades (Brown et al., 2024; Kwan et al., 2020).

Para além da dimensão da saúde física, a literatura tem vindo a relacionar atividade física e desporto com o sucesso académico e a adaptação à vida universitária. Antunes et al. (2021), numa revisão integrativa realizada em Portugal, identificam uma tendência positiva entre níveis mais elevados de atividade física e melhores indicadores de desempenho académico em estudantes do ensino superior. Em linha com estes resultados, estudos internacionais apontam para que a participação regular em programas de atividade física se associa a menor stress, melhor saúde mental e maior satisfação com a experiência universitária (Caldwell et al., 2018; Huang et al., 2018).

2.1. Ensino Superior como espaço de intervenção pública

Atendendo a estes dados, o ensino superior é hoje percecionado como um espaço privilegiado de intervenção em saúde pública. As universidades concentram um grande número de jovens adultos, dispõem de infraestruturas, serviços especializados e estruturas associativas, e têm capacidade para desenhar políticas próprias de promoção de estilos de vida saudáveis (Dooris et al., 2014; Direção-Geral da Saúde, 2018). Redes de universidades promotoras de saúde mostram que programas integrados – que combinam atividade física, alimentação saudável e apoio à saúde mental – podem contribuir simultaneamente para reduzir comportamentos de risco, melhorar indicadores de saúde e reforçar o sucesso académico (Dooris et al., 2014; Caldwell et al., 2018).

No plano político, a comunicação da Comissão Europeia sobre uma agenda renovada para o ensino superior sublinha a necessidade de sistemas mais inclusivos, centrados no estudante e alinhados com desafios sociais contemporâneos (European Commission, 2017). Embora o desporto não surja sempre de forma isolada, princípios como o bem-estar estudantil, o desenvolvimento de competências transversais e a responsabilidade social institucional criam um enquadramento favorável à integração da atividade física e do desporto nas políticas universitárias e nos planos estratégicos das instituições (European Commission, 2017; European University Sports Association, 2020).

A articulação entre ensino superior e políticas desportivas torna-se ainda mais evidente quando se analisam as carreiras duais. Aquilina e Henry (2010) identificam

quatro modelos de intervenção na Europa – regulação centrada no Estado, sistemas facilitados pelo Estado, modelos baseados em federações e contextos de “laissez-faire” (com pouca ou nenhuma intervenção do estado) – mostrando que o apoio aos estudantes-atletas depende da forma como o ensino superior é enquadrado nas políticas nacionais de desporto (Aquilina & Henry, 2010). Em Portugal, instrumentos como o PNPAF e os estatutos específicos para estudantes-atletas reforçam esta aproximação, ainda que a implementação concreta varie significativamente entre instituições (Direção-Geral da Saúde, 2018; FADU, 2026).

2.2. Desporto Universitário

O desporto universitário pode ser entendido como o conjunto de práticas, estruturas e políticas que enquadram a participação desportiva no contexto do ensino superior, incluindo competições interuniversitárias, clubes e associações estudantis, programas recreativos, fitness e atividade física informal (European University Sports Association, 2020; Miragaia et al., 2024). A forma como este sistema se organiza, varia de país para país, oscilando entre modelos fortemente profissionalizados e contextos em que a prática assume um perfil maioritariamente recreativo, articulando-se de forma desigual com o sistema desportivo nacional (BUCS, 2020; NCAA, 2023; U Sports, 2022).

Diversos estudos têm evidenciado os benefícios multidimensionais associados à participação em desporto universitário. Antunes et al. (2021) referem uma relação positiva entre níveis mais elevados de atividade física e melhores resultados académicos em estudantes do ensino superior. Em simultâneo, revisões e meta-análises mostram que programas regulares de atividade física em contexto universitário podem reduzir sintomas de ansiedade e depressão, melhorar a qualidade do sono e reforçar a perceção geral de saúde (Caldwell et al., 2018; Huang et al., 2018; Plotnikoff et al., 2015).

Para além destes efeitos em saúde e desempenho académico, o desporto universitário é frequentemente associado ao desenvolvimento de competências transversais. O estudo de Griffiths et al. (2017), realizado no contexto britânico, mostra que estudantes envolvidos em desporto universitário reportam ganhos em liderança, trabalho em equipa, comunicação e resiliência, competências valorizadas quer pelos próprios estudantes, quer pelos empregadores (BUCS, 2020). Deste modo, o desporto

universitário assume-se como um espaço com potencial formativo relevante, que ultrapassa a mera dimensão competitiva.

2.3. Políticas do Desporto de Ensino Superior

As políticas desportivas de ensino superior dizem respeito ao modo como o Estado e as instituições de ensino superior definem objetivos, afetam recursos e organizam programas para promover o desporto e a atividade física no contexto universitário. Estas políticas incluem questões como o apoio à participação massiva, o enquadramento do alto rendimento, a promoção da inclusão, a gestão de instalações, o financiamento de clubes e associações estudantis e a monitorização dos resultados alcançados (Weiss, 2010; Misener et al., 2020).

O trabalho de Aquilina e Henry (2010) mostra que, mesmo em países com enquadramentos jurídicos relativamente sólidos, a implementação das políticas de apoio a estudantes-atletas é muito heterogénea, variando entre instituições com estruturas específicas e contextos em que a conciliação entre estudo e prática desportiva depende sobretudo das soluções caso a caso (Aquilina & Henry, 2010). Relatórios internacionais relativos ao desporto universitário sugerem que esta fragmentação se estende a muitos sistemas de ensino superior, onde as políticas se encontram dispersas por diferentes áreas governativas (educação, juventude, saúde e desporto) e nem sempre são integradas em estratégias institucionais claras (European Commission, 2017; European University Sports Association, 2020).

No caso português, Marivoet (2018) descreve um sistema em que o desporto universitário tem ganho visibilidade política, mas continua condicionado por limitações de recursos, fraca integração em estratégias de desenvolvimento desportivo e ausência de mecanismos consistentes de monitorização (Marivoet, 2018). Estudos recentes sobre clubes e estruturas desportivas universitárias reforçam esta leitura, ao identificarem dificuldades ao nível da sustentabilidade financeira, da profissionalização da gestão e da articulação com as políticas institucionais das próprias IES (Miragaia et al., 2024; FADU, 2026).

2.3.1. Participação desportiva no ensino superior

A participação desportiva no ensino superior é um dos principais indicadores da capacidade das instituições em promover estilos de vida ativos e experiências académicas mais completas. A participação desportiva no ensino superior deve, por isso, ser entendida como um indicador central da eficácia das políticas institucionais de promoção da atividade física, da saúde e do bem-estar estudantil. Embora os dados europeus apontem para níveis relativamente expressivos de prática entre os jovens, a literatura sugere que essa participação tende a diminuir de forma significativa com a entrada no ensino superior. O Special Eurobarometer revela que 41% dos jovens europeus entre os 15 e os 24 anos praticavam desporto regularmente, o que demonstra que esta faixa etária mantém ainda uma relação relevante com a atividade física antes ou durante os primeiros momentos da transição para a vida adulta (European Commission, 2018). Contudo, vários estudos mostram que esta tendência sofre um declínio no contexto universitário, onde as exigências académicas, a reorganização das rotinas e a ausência de respostas institucionais adequadas contribuem para a redução da prática física regular (Kljajević et al., 2022; Alkhawaldeh & Abdalrahim, 2019; Alsubaie et al., 2022).

A literatura tem mostrado que muitos estudantes, apesar de chegarem ao ensino superior com experiências anteriores de prática desportiva, reduzem significativamente os seus níveis de atividade física ao longo dos primeiros meses de frequência universitária. A revisão de Kljajević et al. (2022) confirma que, em grande parte dos estudos analisados, os níveis de atividade física dos estudantes universitários são inferiores ao desejável, com especial incidência entre estudantes mais velhos, mulheres e estudantes com responsabilidades laborais ou familiares. Em paralelo, investigações realizadas em diferentes países indicam que a transição do ensino secundário para o superior é frequentemente acompanhada por uma redução da prática, associada à sobrecarga académica, à reorganização das rotinas e à ausência de programas suficientemente flexíveis (Alkhawaldeh & Abdalrahim, 2019; Alsubaie et al., 2022).

Neste sentido, a transição para o ensino superior constitui uma fase particularmente sensível para a manutenção dos hábitos de vida ativa. Entre os fatores mais frequentemente apontados encontram-se a dificuldade de gestão do tempo, a alteração dos contextos de residência e sociabilidade e a escassez de respostas institucionais ajustadas à realidade da vida estudantil. Assim, a participação desportiva

no ensino superior não depende apenas da predisposição individual dos estudantes, mas também da capacidade das instituições para criarem condições concretas de acesso, continuidade e envolvimento.

Brown et al. (2024) reforçam esta perspetiva ao mostrarem que a participação está fortemente condicionada por fatores como a perceção de falta de tempo, a prioridade atribuída ao estudo, a acessibilidade de instalações e programas, o apoio social e a autoeficácia, isto é, a confiança nas próprias capacidades (Brown et al., 2024). Estudos em diferentes contextos sugerem que estudantes que percecionam o desporto como compatível com a vida académica, que têm acesso fácil a instalações e que dispõem de redes de apoio, apresentam níveis de participação mais elevados e mais consistentes (Kwan et al., 2020; Plotnikoff et al., 2015). Em contraste, estudantes trabalhadores, com constrangimentos económicos ou que não se sentem confortáveis em ambientes desportivos tendem a apresentar níveis mais baixos de prática regular (Alkhawaldeh & Abdalrahim, 2019).

A investigação realizada em Portugal reforça esta leitura. No estudo sobre o programa UPFit, desenvolvido na Universidade do Porto, Sousa et al. (2016) verificaram que uma parte significativa dos estudantes abandona a prática nas primeiras seis a oito semanas, sobretudo devido à incompatibilidade horária, à fraca perceção de apoio institucional e à escassez de formatos não competitivos. Os autores sublinham que a satisfação com a oferta e a perceção de utilidade psicológica do programa são preditores importantes de retenção, o que mostra que a permanência dos estudantes depende não apenas da existência de oferta, mas também da forma como esta responde às suas necessidades, motivações e expectativas.

A literatura de gestão do desporto sublinha, por isso, a importância de oferecer ambientes diversificados e acessíveis, capazes de acomodar a heterogeneidade da população estudantil. Hums e MacLean (2017) defendem que a promoção da participação desportiva deve assentar em princípios de acessibilidade, diversidade e equidade, garantindo que todos os estudantes têm reais oportunidades de se envolver em práticas desportivas, independentemente da sua aptidão física, experiência prévia, género ou condição socioeconómica. Neste sentido, a participação desportiva não pode ser reduzida ao universo do desporto competitivo ou federado, devendo incluir também programas

recreativos, atividades informais, formatos de baixo limiar e propostas orientadas para o bem-estar e a socialização.

Para além dos determinantes da participação, vários estudos têm vindo a sublinhar os seus impactos. Antunes et al. (2021) mostram uma tendência positiva entre prática de atividade física e desempenho académico em estudantes do ensino superior, sugerindo benefícios ao nível da atenção, da gestão do tempo e da motivação (Antunes et al., 2021). De forma complementar, Caldwell et al. (2018) e Griffiths et al. (2017) apontam para associações entre participação desportiva, melhor saúde mental, maior satisfação com a vida universitária e desenvolvimento de competências transversais relevantes para a empregabilidade (Caldwell et al., 2018; Griffiths et al., 2017). A literatura europeia tem reforçado esta relação entre atividade física, bem-estar mental, integração académica e qualidade de vida, mostrando que a participação desportiva contribui para uma experiência universitária mais estável e positiva.

Nesta linha, Parente (2025) propõe quatro estratégias fundamentais para reforçar a inclusão na participação desportiva no ensino superior: a disponibilização de programas gratuitos ou subsidiados, a promoção ativa da diversidade e inclusão, a existência de infraestruturas acessíveis e a flexibilização dos horários das atividades. Estas propostas respondem diretamente a problemas recorrentes identificados na realidade portuguesa, onde se observa uma prevalência significativa de sedentarismo ou prática insuficiente entre estudantes universitários, frequentemente associada à carga horária, à escassez de oferta flexível, aos custos e a barreiras organizacionais. Deste modo, a promoção da participação desportiva no ensino superior deve ser entendida como uma questão de gestão institucional e de justiça no acesso, e não apenas como mais um apelo genérico à prática de exercício físico.

2.3.2. Obstáculos à participação

Os entraves à participação desportiva no ensino superior são multidimensionais e resultam da interação entre fatores individuais, organizacionais, económicos e socioculturais. Uma das barreiras mais frequentemente identificadas é a falta de tempo, associada à perceção de carga académica elevada, à necessidade de conciliar estudos com trabalho remunerado e a outras responsabilidades pessoais (Buckworth & Nigg, 2004; Keating et al., 2005). A revisão sistemática de Brown et al. (2024) confirma que as

restrições de tempo, a priorização do estudo e a dificuldade em integrar a atividade física na rotina diária surgem como barreiras centrais em grande parte dos estudos analisados (Brown et al., 2024). Numa fase em que muitos estudantes reorganizam as suas prioridades, a atividade física tende, assim, a ser relegada para segundo plano, sobretudo quando não está integrada de forma estável na vida académica (Bull et al., 2020; Kljajević et al., 2022).

Relacionada com a perceção de falta de tempo surge a incompatibilidade de horários entre as atividades desportivas oferecidas e os horários letivos. Estudos realizados em contexto universitário indicam que é comum o abandono de programas de atividade física nas primeiras semanas de participação, precisamente devido a choques entre o calendário desportivo e o calendário académico (Sousa et al., 2016). A revisão de Brown et al. (2024) enquadra estas dificuldades no domínio “contexto ambiental e recursos” do Theoretical Domains Framework, mostrando que a organização dos horários e a flexibilidade da oferta são determinantes para a participação. A ausência de formatos flexíveis – como programas modulares, atividades de curta duração, horários alargados ou opções híbridas – torna particularmente difícil a participação para estudantes com horários intensivos, estudantes trabalhadores ou deslocados (Hums & MacLean, 2017; Kljajević et al., 2022).

Os custos económicos constituem outro entrave relevante à participação, especialmente para estudantes de contextos socioeconómicos mais vulneráveis. Taxas de inscrição, mensalidades, custos de transporte e aquisição de equipamento podem representar uma barreira significativa, mesmo em ofertas com preços considerados moderados (Downward et al., 2014). Estudos recentes sobre hábitos e barreiras à prática em estudantes universitários mostram que o custo, a par do tempo e da falta de confiança, é um dos fatores mais frequentemente apontados, com impacto particular nos estudantes de grupos socioeconómicos mais baixos (Giffiths et al., 2022). A literatura sugere que políticas de gratuidade parcial ou total, esquemas de apoio financeiro e programas subsidiados tendem a aumentar a participação de grupos sub-representados e a reduzir desigualdades no acesso ao desporto universitário (Hums & MacLean, 2017; Donnelly & Coakley, 2019; Parente, 2025).

Ao nível organizacional, vários autores identificam barreiras institucionais que limitam a adesão e a continuidade dos estudantes. Entre estas incluem-se a fraca

divulgação da oferta desportiva, processos de inscrição burocráticos, falta de articulação entre serviços de desporto e unidades académicas, e a perceção de que a instituição não valoriza de forma explícita o equilíbrio entre desempenho académico, saúde e bem-estar (Dooris et al., 2014; Slack & Parent, 2006). A revisão de Brown et al. (2024) reforça que aspetos como acessibilidade percecionada, clareza da informação e facilidade de acesso às instalações e programas são parte integrante do domínio do contexto ambiental e dos recursos, influenciando diretamente a decisão de aderir e/ou de permanecer na prática desportiva. A inexistência de uma estratégia integrada para o desporto universitário, formalmente reconhecida em planos de desenvolvimento institucional, pode levar a uma oferta desarticulada e pouco visível, dificultando a construção de uma cultura de participação continuada (Hums & MacLean, 2017; Miragaia et al., 2024).

Por fim, existem barreiras socioculturais que afetam de forma desigual diferentes grupos de estudantes. Normas de género, estereótipos sobre competência física, experiências anteriores de exclusão ou humilhação em contextos desportivos e falta de modelos de referência podem desencorajar a participação, sobretudo no caso de mulheres, estudantes com deficiência, estudantes LGBT e jovens de meios socioeconómicos desfavorecidos (Donnelly & Coakley, 2019; Phipps, 2020). Em linha com estas evidências, revisões recentes sobre barreiras à atividade física em estudantes do ensino secundário e universitário identificam falta de motivação, falta de confiança e ausência de espaços percebidos como seguros como obstáculos centrais para determinados grupos (Brown et al., 2024; Martins et al., 2022).

O reconhecimento destes entraves tem conduzido a uma crescente discussão sobre a necessidade de políticas desportivas de ensino superior explícita e deliberadamente orientadas para a inclusão, a equidade e a participação ao longo da vida. A literatura aponta como linhas de ação prioritárias a diversificação da oferta (competitiva, recreativa, de baixo limiar), a flexibilização de horários e os seus formatos, a redução de barreiras económicas através de apoios e subsídios, a criação de ambientes seguros e acolhedores para todos os estudantes e o envolvimento ativo de grupos sub-representados na conceção, implementação e avaliação dos programas (Hums & MacLean, 2017; Donnelly & Coakley, 2019; Parente, 2025). Neste quadro, a superação dos entraves à participação no desporto universitário é inseparável de uma abordagem integrada que articule políticas de desporto, educação, saúde e inclusão social (Brown et al., 2024; Dooris et al., 2014).

3. Sistema Desportivo Português

Entendendo o panorama político-desportivo internacional no que concerne ao acesso à prática desportiva, verifica-se que o ordenamento jurídico português procura alinhar-se com as orientações europeias e com as recomendações das organizações internacionais. A Lei de Bases da Atividade Física e do Desporto (Lei n.º 5/2007, de 16 de janeiro) consagra o desporto e a atividade física como direitos dos cidadãos e responsabilidades do Estado, estabelecendo que os poderes públicos devem criar condições para o acesso generalizado à prática, em particular através do sistema educativo, incluindo o ensino superior (Lei n.º 5/2007). Esta lei sublinha a obrigação das entidades públicas de promover “contextos favoráveis” ao desenvolvimento da atividade física e do desporto ao longo da vida, o que inclui a disponibilização de infraestruturas, programas adequados e apoio técnico qualificado.

Neste quadro, as instituições de ensino superior públicas são expressamente chamadas a desempenhar um papel ativo na promoção do desporto, não apenas como espaço de formação académica, mas também como contextos de desenvolvimento humano, cidadania e saúde. O enquadramento legal reforça a ideia de que o desporto universitário não é um complemento opcional, mas parte integrante do sistema desportivo nacional, devendo as IES criar condições que favoreçam a prática nas suas diversas formas, desde o desporto recreativo à competição federada. Esta visão é consistente com a evolução das políticas desportivas em Portugal, nas quais o desporto é progressivamente entendido como instrumento de saúde pública, inclusão e coesão social (Marivoet, 2018).

Para compreender a especificidade do desporto universitário em Portugal, é necessário enquadrá-lo na estrutura global do sistema desportivo nacional. Lopes (2017) defende que o conhecimento do sistema desportivo exige ir além da descrição das práticas, envolvendo a compreensão das entidades, órgãos e níveis de decisão que o regulam. O sistema desportivo português caracteriza-se por uma multiplicidade de atores – Estado central, autarquias, movimento associativo, setor privado, instituições de ensino, entre outros – cujas competências se distribuem por diferentes níveis de governação. Assim, torna-se indispensável analisar que organismos existem, quais as suas responsabilidades, como se articulam entre si e de que forma influenciam as políticas desportivas.

Neste domínio, o Instituto Português do Desporto e Juventude (IPDJ) assume um papel central enquanto organismo público responsável pela coordenação e execução das políticas integradas para o desporto e a juventude. Através dos seus documentos de enquadramento e instrumentos de planeamento, o IPDJ explicita a organização do sistema desportivo nacional, abrangendo o setor privado lucrativo, o associativismo desportivo, o desporto escolar, o movimento olímpico, o desporto para todos, bem como as estruturas de clubes, associações e federações. O modelo português deriva, em grande medida, do modelo desportivo europeu, caracterizado pela coexistência entre o movimento associativo (clubes, associações e federações), o Estado e o setor empresarial privado, num sistema de interdependência e parceria (Lopes, 2017; Marivoet, 2018).

Esta configuração implica que o desporto universitário, enquanto subsistema específico, se situe na confluência de várias lógicas: a lógica educativa (IES e Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior), a lógica desportiva (IPDJ, federações e FADU) e a lógica autárquica e comunitária (municípios, clubes locais e outros parceiros). Compreender o desporto universitário em Portugal exige, por isso, olhar para o sistema desportivo nacional como um todo e para a forma como este enquadra e condiciona as oportunidades de prática ao nível do ensino superior. Estudos recentes sobre governação desportiva reforçam a importância desta perspetiva de sistema, sublinhando que políticas eficazes dependem da articulação entre níveis de decisão e da clareza na distribuição de responsabilidades (Marivoet, 2018; Miragaia et al., 2024).

3.1. Desporto Universitário em Portugal

A origem do desporto universitário em Portugal está intimamente ligada à conceção do desporto como mediador de confraternização entre povos, instituições e comunidades académicas. Historicamente, a prática desportiva no contexto universitário esteve associada à experiência académica, à tradição associativa e à criação de laços identitários entre estudantes e instituições (Dias, 2002). Paralelamente, tal como noutros contextos, a atividade física foi progressivamente associada à procura de estilos de vida saudáveis, ao bem-estar físico e mental e ao desenvolvimento de competências pessoais e sociais (Colaço & Fleck, 2009).

Nas últimas décadas, o desporto universitário português tem vindo a evoluir e a ganhar visibilidade, assumindo um lugar mais nítido no sistema desportivo nacional.

Observa-se uma expansão das competições universitárias, uma maior profissionalização da organização desportiva académica e um crescimento da cobertura mediática, incluindo transmissões televisivas de algumas modalidades. Esta evolução traduziu-se no reconhecimento formal do desporto universitário como vertente específica do sistema desportivo português, com enquadramento federativo próprio, através da Federação Académica do Desporto Universitário (FADU).

A FADU, enquanto federação desportiva de utilidade pública, é responsável pela organização e regulamentação das competições oficiais de desporto universitário em Portugal, em estreita articulação com o IPDJ e as AAEE (associações académicas e de estudantes). Compete-lhe aprovar regulamentos, definir calendários competitivos, estabelecer critérios de participação e representar o desporto universitário em instâncias nacionais e internacionais. Esta institucionalização reforça a ideia de que o desporto universitário deixou de ser apenas uma tradição enraizada nas IES, passando a constituir também um espaço de competição oficial, com regras próprias, rankings, títulos nacionais e participação em competições internacionais universitárias (Dias, 2002; FADU, 2026).

Segundo Dias (2002), o movimento associativo estudantil e as organizações desportivas universitárias evoluíram de forma significativa, distanciando-se da realidade que apresentavam no passado. O que outrora era sobretudo uma prática informal e de sociabilidade entre estudantes tornou-se um campo com maior exigência organizativa, onde se cruzam lógicas de rendimento desportivo, formação pessoal, identidade académica e prestação de serviço público. Hoje, o desporto universitário português é simultaneamente espaço de tradição e de inovação, integrando componentes recreativas e competitivas, e assumindo uma importância crescente no quadro das políticas de juventude, educação e desporto (Colaço & Fleck, 2009; Marivoet, 2018).

3.1.1. Estrutura organizacional

A estrutura organizacional do desporto universitário em Portugal assenta num modelo de governação multinível que envolve, de forma articulada, instituições de ensino superior, associações académicas e de estudantes, a FADU, o IPDJ, autarquias e outros parceiros. No topo da organização desportiva universitária encontra-se a FADU, que atua como federação desportiva responsável pela coordenação do sistema competitivo

universitário, pela definição de regulamentos, pela representação internacional e pela articulação com o IPDJ e com outras federações desportivas nacionais.

Ao nível das instituições, cada IES organiza a sua própria estrutura desportiva, que pode assumir diferentes configurações: serviços de desporto universitário integrados na orgânica institucional, unidades funcionais específicas, secções desportivas das associações académicas ou modelos híbridos que combinam estruturas institucionais e associativas. Estas estruturas são responsáveis pela gestão das instalações, pela organização da oferta desportiva interna (competitiva e recreativa), pela articulação com a FADU e com as associações académicas, e pelo apoio aos estudantes que participam em competições universitárias nacionais e internacionais (Colaço & Fleck, 2009; Miragaia et al., 2024).

O movimento associativo estudantil, através das associações académicas e de estudantes, desempenha igualmente um papel estruturante. Em muitos casos, são estas entidades que asseguram a dinamização quotidiana das equipas universitárias, a organização de atividades internas, a comunicação com os estudantes e a ponte entre a comunidade estudantil e as estruturas institucionais. A articulação entre IES, FADU, IPDJ, AAEE e municípios cria uma malha organizacional complexa, em que a eficácia do sistema depende da cooperação e da clareza de funções de cada entidade (Slack & Parent, 2006; Hums & MacLean, 2017).

Esta estrutura organizacional, assente em múltiplos níveis e atores, representa simultaneamente uma oportunidade e um desafio. Por um lado, permite mobilizar recursos diversos (infraestruturas, financiamento, capital humano, redes locais e nacionais), por outro, exige coordenação estratégica, comunicação eficaz e definição clara de responsabilidades para evitar sobreposições, lacunas ou fragilidades na oferta desportiva. A discussão contemporânea sobre o desporto universitário em Portugal passa, em grande medida, pela capacidade de consolidar esta estrutura organizacional, garantindo que ela serve de forma coerente os objetivos de participação, inclusão, saúde e desenvolvimento dos estudantes (Miragaia et al., 2024; Parente, 2025).

3.1.2. O papel das IES e do movimento associativo

As instituições de ensino superior assumem um papel central na promoção e sustentação do desporto universitário, uma vez que detêm as infraestruturas, definem

políticas internas, alocam orçamentos e desenham programas de atividade física e desporto. Compete-lhes integrar o desporto nas suas estratégias de desenvolvimento institucional, reconhecendo-o como componente da experiência académica e como instrumento de promoção da saúde, da inclusão e da qualidade de vida dos estudantes. As decisões sobre financiamento, gestão de instalações, apoio a equipas universitárias, programas recreativos e parcerias externas dependem, em larga medida, da visão e das prioridades das IES (Marivoet, 2018; Hums & MacLean, 2017).

A FADU, por sua vez, cumpre uma função de coordenação e promoção a nível nacional, articulando as diversas IES e AAEE, organizando o sistema competitivo e representando o desporto universitário junto das entidades públicas e das organizações internacionais. Iniciativas como programas de fomento e planos estratégicos para o desporto universitário, alinhadas com políticas nacionais de desporto e juventude, procuram reforçar a participação, a inclusão e a qualidade da oferta, incentivando as instituições a desenvolverem programas mais abrangentes, flexíveis e integradores (FADU, 2026; IPDJ, 2023).

A literatura de gestão do desporto destaca a importância das parcerias estratégicas para fortalecer o impacto do desporto no ensino superior. Hums e MacLean (2017) defendem que a cooperação entre estruturas internas (serviços de desporto, unidades académicas, serviços de ação social) e externas (autarquias, clubes, federações, empresas) permite potenciar recursos financeiros, infraestruturais e sociais, aumentando o alcance e a sustentabilidade dos programas. Também Slack e Parent (2006) sublinham que o desenvolvimento desportivo sustentável exige estruturas de governação em rede, baseadas na confiança, na clarificação de objetivos e na partilha de responsabilidades.

O movimento associativo estudantil tem, neste contexto, uma relevância particular. Enquanto estrutura com peso político, representativo e formativo, é composto por jovens dirigentes que, no futuro, poderão ocupar posições de decisão em diferentes setores da sociedade, incluindo órgãos públicos e entidades governativas. Dias (2002) enfatiza que o envolvimento dos estudantes na organização e promoção do desporto universitário constitui uma escola de cidadania, liderança e participação democrática. Nesta linha, autores como Firea (1983) referem que o desporto universitário ocupa um papel importante no futuro do desporto como um todo, uma vez que muitos dos estudantes

que hoje participam no desporto universitário serão, no futuro, decisores e líderes desportivos.

A participação ativa dos estudantes na conceção, implementação e avaliação das políticas e programas desportivos universitários tem efeitos que vão além do aumento imediato da prática. Por um lado, contribui para uma maior adequação da oferta às necessidades reais da comunidade estudantil, por outro, gera literacia desportiva, consciência social sobre o desporto enquanto direito e bem público, e sensibilidade para o desporto como motor de saúde pública e de inclusão social (Parente, 2025). Estes efeitos multiplicadores podem traduzir-se, a médio e longo prazo, na formação de quadros dirigentes mais conscientes da importância do desporto e mais capazes de promover políticas desportivas equitativas e sustentáveis.

Neste sentido, o papel das IES e do movimento associativo deve ser entendido de forma articulada e complementar. As instituições têm a responsabilidade de criar condições estruturais, definir políticas e garantir recursos; o movimento associativo traz a voz dos estudantes, dinamiza a participação e introduz uma dimensão formativa e cívica no desporto universitário. A convergência entre estas duas dimensões é fundamental para que o desporto universitário em Portugal possa cumprir plenamente o seu potencial enquanto parte integrante do sistema desportivo nacional e enquanto instrumento de promoção da saúde, da coesão social e do desenvolvimento humano no ensino superior.

4. Revisão Sistemática

A presente revisão sistemática foi posteriormente formatada de acordo com as diretrizes da revista RETOS, na qual será publicada. Segue abaixo a versão formatada para estar incluída neste documento:

Políticas desportivas de ensino superior na europa: uma revisão sistemática

Sport policies in higher education in europe: a systematic review

Tiago Jardim Teixeira ¹

Maria José Carvalho ¹

Vanessa Cristina de Freitas Roriz ¹

Sandra Marisa Cardoso Sousa ²

¹ Faculdade de Desporto da Universidade do Porto

² Instituto Superior da Maia

Resumo

Introdução: O desporto universitário é um fenómeno pouco estudado na Europa. Por sua vez, as políticas públicas aplicadas ao contexto do desporto universitário têm sido pouco exploradas, apenas de forma pontual e sem um fio condutor que explore o verdadeiro potencial do desporto no ensino superior.

Objetivo: Agrupar, analisar e sintetizar a literatura existente acerca das políticas desportivas aplicadas ao desporto universitário na Europa. Especificamente, pretende-se interpretar as temáticas estudadas e a relevância que tem sido dada às políticas desportivas no ensino superior.

Metodologia: Foi realizada uma pesquisa por publicações avaliadas por pares entre 1918 e 2026, disponíveis nas bases de dados EBSCO, SCOPUS, Web of Science e ProQuest Thesis.

Resultados: Existem vários estudos no campo das políticas desportivas de ensino superior na europa, embora haja uma grande dispersão das temáticas abordadas. Os estudos encontrados, desenvolvem-se em quatro categorias temáticas:

sociologia do desporto, gestão, históricos e benefícios. Destas, a mais desenvolvida, é a Sociologia do Desporto.

Discussão: São 9 das 17, as publicações na área da sociologia e focam-se nas mais valias da envolvimento no desporto para aspetos sociais, desenvolvimento pessoal e humano durante o ensino superior. Especificamente, na categoria dos benefícios, os estudos revelam a importância do desporto nesta fase de vida dos estudantes, para o seu bem-estar físico e mental, a sua integração no seio académico e o desenvolvimento de competências que serão posteriormente, transferíveis para a sua vida social e profissional. No que concerne aos históricos, estes indicam-nos o percurso do desporto no ensino superior, sendo que por último a gestão nos apresenta trabalhos na área da gestão e estratégia política.

Conclusões: O desporto universitário possui muitas preocupações, sendo que no contexto europeu não existe um caminho convergente na investigação. Embora existam estudos focados nos benefícios da promoção da prática desportiva nesta fase de ensino, quer a nível do bem-estar físico e mental quer a nível social, a literatura parece dar pouca ênfase à gestão efetiva deste setor e às respetivas estratégias políticas.

Palavras-chave: Desporto universitário; ensino superior; estudantes universitários; gestão; políticas.

Abstract

Introduction: University sport is a little-studied phenomenon in Europe. In turn, public policies relating to university sport have been little explored, only in isolated instances and without a guiding framework that explores the true potential of sport in higher education.

Objective: To collate, analyse and synthesise the existing literature on sports policies relating to university sport in Europe. Specifically, the aim is to interpret the topics studied and the importance that has been attached to sports policies in higher education.

Methodology: A search was conducted for peer-reviewed publications between 1918 and 2026, available in the EBSCO, SCOPUS, Web of Science and ProQuest Thesis databases.

Results: There are several studies in the field of higher education sports policies in Europe, although there is a wide range of topics covered. The studies identified fall into four thematic categories: sociology of sport, management, historical aspects and benefits. Of these, the most extensively studied is the sociology of sport.

Discussion: Nine out of the 17 publications are in the field of sociology and focus on the benefits of participation in sport for social aspects, personal development

and human development during higher education. Specifically, in terms of benefits, the studies highlight the importance of sport at this stage of students' lives for their physical and mental wellbeing, their integration into the academic environment, and the development of skills that will later be transferable to their social and professional lives. As regards historical studies, these outline the trajectory of sport in higher education, whilst the management section presents works in the field of management and policy strategy.

Conclusions: University sport faces many challenges, and within the European context there is no single, convergent path in research. Although there are studies focusing on the benefits of promoting sporting activity at this stage of education—both in terms of physical and mental well-being and at a social level—the literature appears to place little emphasis on the effective management of this sector and the respective policy strategies.

Keywords: Higher education; management; policy; university sport; university students.

4.1. Introdução

A educação é um dos principais motores de desenvolvimento das sociedades ao longo dos tempos, e na Europa, em particular, o Ensino Superior tem assumido uma relevância significativa. De acordo com o Eurostat (2024) cerca de 43% dos indivíduos com idades compreendidas entre os 25 e 34 anos possuem formação superior, evidenciando a crescente relevância do ensino superior para esta geração. Neste contexto, o desporto e a atividade física, no panorama europeu do ensino superior, assumem-se como parte integrante das responsabilidades das instituições na sua missão de promover o desenvolvimento integral dos estudantes (Bakker & Mostert, 2024). Considerando que esta etapa educativa é particularmente exigente para os jovens, o desporto universitário tem sido apontado como um importante fator de equilíbrio, promovendo a saúde mental, a redução do stress e contribuindo para o sucesso académico dos estudantes (Liu et al., 2024). Neste contexto, Bull et al. (2020), identificam o ensino superior como uma janela crítica para a consolidação de hábitos duradouros de vida ativa. Assim, a participação desportiva, durante esta fase de vida revela-se fundamental na promoção de uma sociedade mais saudável e inclusiva (Parente, 2025). Consequentemente, a literatura tem vindo a demonstrar um interesse crescente pelo estudo do desporto universitário e dos seus impactos em diferentes dimensões da vida estudantil. Entre os principais focos de investigação destacam-se os efeitos na saúde mental dos estudantes (Çaglar, 2009; Groves

et al., 2008) os processos de socialização e integração académica (Devecioglu et al., 2012; Yıldız & Ekici, 2017), e o desenvolvimento de competências transversais valorizadas pelo mercado de trabalho (Griffiths et al., 2017). Paralelamente, outras temáticas têm igualmente assumido relevância na literatura, nomeadamente a prática desportiva formal (Gheorghe, 2014; Miragaia et al., 2024), a carreira dual (Capranica et al., 2022), os padrões de participação desportiva (Fridberg, 2010), a influência do desporto nos comportamentos discriminatórios de género (Dempster, 2009) e o consumo de álcool associado à participação desportiva universitária (O'Brien et al., 2014; Partington et al., 2013).

Contudo, apesar do desenvolvimento de estudos nestas diferentes áreas e, paralelamente, do crescimento do número de jovens estudantes que frequentam o ensino superior na Europa – fenómeno que tornou os campus universitários em espaços estratégicos de intervenção (European Commission, 2025) -, a literatura científica continua a apresentar-se dispersa no que respeita às investigações centradas nas políticas desportivas aplicadas ao contexto do ensino superior. Esta fragmentação constitui um primeiro entrave para o desenvolvimento de uma discussão crítica e consolidada sobre as políticas desportivas no ensino superior, uma vez que, no contexto europeu, continuam a ser reduzidos os estudos centrados na estratégia política (e.g., Popa, 2013) ou na gestão de clubes universitários (e.g., Gheorghe, 2014; Miragaia et al., 2024). Apesar da existência de investigações dispersas nestas áreas, a ausência de uma visão integrada limita a compreensão sobre que políticas têm vindo efetivamente a ser implementadas, quais os seus impactos e que modelos de gestão e organização poderão constituir boas práticas aplicáveis ao contexto do ensino superior.

Neste sentido, a escassez de estudos que articulem a política e gestão enquanto dimensões interdependentes dificulta o desenvolvimento de conhecimento estruturado sobre os processos de organização, gestão e tomada de decisão no desporto universitário (Gheorghe & Mihăilescu, 2015). Consequentemente, esta dispersão da literatura compromete, a identificação de estratégias políticas consistentes e de orientações capazes de sustentar uma gestão mais eficaz, sustentável e inclusiva do desporto no ensino superior europeu.

Desta forma, torna-se pertinente sistematizar o conhecimento já produzido sobre políticas desportivas aplicadas ao ensino superior, identificando as principais áreas

estratégicas abordadas pela literatura, bem como as lacunas existentes. Assim, este estudo tem o objetivo de compreender o estado da arte relativamente às políticas desenvolvidas no âmbito do desporto no ensino superior, evidenciando fragilidades conceptuais e temáticas ainda pouco exploradas, ao mesmo tempo que propõe possíveis linhas de investigação futura. Este estudo visa então contribuir para a estruturação do conhecimento acerca deste tema para que o mesmo avance, proporcionando aos gestores mais instrumentos e estratégias práticas para a sua realidade. Especificamente pretende-se: (1) categorizar campos e dimensões das políticas desportivas tratadas na investigação, no contexto do ensino superior; (2) estruturar os contributos existentes segundo os temas centrais (sociologia do desporto, gestão, históricos e benefícios), elucidando de que forma estes temas se têm operacionalizado e de que forma são integrados na elaboração de novas políticas; (3) identificar lacunas de forma a propor linhas orientadoras para a investigação futura e para que institucionalmente se possam reforçar os instrumentos políticos em prol do crescimento do desporto universitário.

4.2. Revisão da Literatura

4.2.1. A origem e o propósito do desporto universitário

Historicamente, as universidades assumiram um papel central no desenvolvimento do desporto moderno, tendo acolhido, em 1829, no Reino Unido, a primeira competição universitária conhecida (Holt, 1989) e, posteriormente, em 1852, nos EUA a primeira competição norte-americana, (Smith, 2011), ambas na modalidade de remo. Esta última prova possuiu um marco crítico no crescimento do desporto nos EUA, contribuindo para que, em 1905, fosse estabelecida a primeira entidade reguladora de desporto universitário (Eckenrod & Nam, 2021), a Intercollegiate Athletic Association of the United States (Crowley, 2006) precursor da National Collegiate Athletic Association (NCAA). Posteriormente, em 1907, surgiu a primeira organização no contexto europeu, na Hungria, dando início à expansão do desporto universitário na Europa (Gallien, 2019).

Paralelamente, algumas práticas desportivas, como a ginástica na Alemanha desde o início do século XIX, desempenharam igualmente um papel relevante na difusão das modalidades desportivas modernas pelo continente europeu (Kruger, 2012). Mas, é após a primeira guerra mundial que o desenvolvimento exponencial das sociedades ocorre, com a propagação da atividade física nas universidades europeias (Fonzo, 2024). Esta

propagação origina o surgimento das primeiras competições nacionais (Gallien, 2019), e do primeiro organismo internacional de desporto universitário em 1919 – a Confédération Internationale des Étudiants (CIE). Esta última, surgiu com o intuito de unir os estudantes através de atividades culturais, académicas e desportivas, e foi a responsável pela organização dos primeiros Jogos Mundiais Universitários em 1923, em Paris (Laqua, 2017). Durante este período o mundo vivia uma situação geopolítica delicada, que foi refletida na literatura da época, focada em analisar o desporto enquanto instrumento utilizado na implementação de ideologias políticas extremistas (p.e., o regime fascista em Itália; Fonzo, 2024; e o nazismo na Alemanha; Kruger, 2012). Este cenário geopolítico delicado intensificou-se durante a segunda guerra mundial, dificultando o desenvolvimento do desporto universitário, que é perceptível pelo surgimento da Fédération Internationale du Sport Universitaire (FISU) apenas em 1949 (Galien, 2019). A FISU surge com o objetivo de difundir mundialmente o desporto universitário assim como, os seus valores naqueles que estudam no ensino superior.¹

Todavia, para uma melhor compreensão do campo de atuação do desporto universitário, é crucial compreender o próprio conceito e assim como o facto deste, atualmente, incorporar todas as formas de desporto e atividades de recreação “ativas” nas universidades (Brunton & Mackintosh, 2017).

4.2.2. Desporto universitário nos EUA e na Europa

O desporto universitário apresenta características e modelos de desenvolvimento distintos entre os EUA e a Europa, refletindo diferenças culturais, organizacionais e políticas na forma como o desporto é integrado no contexto do ensino superior.

Nos EUA, os programas de atividade física fazem parte do ensino superior, dado que o desporto universitário é promovido em exclusivo pelas universidades, através do seu corpo profissional (Cardinal & Casebolt, 2022). A partir da segunda metade do século XX, o foco do desporto universitário era a comercialização alinhada com uma ideologia capitalista para o desporto (Eckenrod & Nam, 2021). Neste contexto, tornou-se obrigatória a inscrição a tempo integral na faculdade para a participação nas competições da NCAA reforçando a ligação entre desempenho académico e participação desportiva (Hawkins et al., 2015). Paralelamente, foram estabelecidos, critérios de elegibilidade para

¹ Site FISU (<https://www.fisu.net/federation-internationale-du-sport-universitaire/>)

estudantes do ensino secundário que pretendiam integrar equipas universitárias consolidando um modelo altamente estruturado e competitivo (Weight & Ross, 2015). Deste modo, foi nos EUA, particularmente no início dos anos 2000, que se desenvolveu, grande parte da investigação relacionada com as carreiras duais (Hawkins et al., 2015), explorando questões associados à ética e de integridade académica dos estudantes-atletas (Branch, 2011; Zimbalist, 2013). Simultaneamente, o envolvimento dos estudantes nas atividades desportivas passou também a ser associado ao desenvolvimento do sentido de honra, orgulho institucional e contribuição para os programas desportivos e respetivas comunidades universitárias (Lumpkin, 2015). Neste enquadramento, muitos estudantes-atletas passaram a ambicionar afirmar-se como referências académicas e desportivas (Hawkins et al., 2015).

Paralelamente, cresceram as prioridades institucionais relacionadas com o recrutamento, retenção e satisfação dos estudantes (Lindsey & Sessoms, 2006; Kampf & Teske, 2013). de facto, diversos estudos passaram a evidenciar os benefícios dos programas de recreação universitária (Haines, 2001; Henchy, 2013), bem como o seu impacto no sucesso académico (Sanderson et.al., 2017), no fortalecimento do sentido de comunidade e na pertença ao campus (Miller, 2011; Grundy & Rader, 2015; Love et al., 2017).

Na Europa, apenas em 1999 foi fundada a European University Sports Association (EUSA) com a missão de organizar e desenvolver o desporto universitário europeu, promovendo a saúde, a inclusão e e os valores educativos associados à prática desportiva no ensino superior.² Desta forma, e pelo facto do desporto universitário europeu, ser organizado, não apenas pelas universidades, mas também por clubes, associações e federações (Miragaia, 2024), compreende-se que no contexto europeu, este assuma simultaneamente funções de integração social, promoção da saúde, desenvolvimento da economia e construção da identidade (Weiss, 2010). Contudo, esta diversidade organizacional traduz-se numa multiplicidade de modelos e tipologias de funcionamento tornando particularmente complexa a avaliação da sua performance e impacto (Aulgur, 2016; Skoric & Bartoluci, 2014),. Neste sentido, torna-se irrealista definir um modelo unificado de organização do desporto universitário na Europa, dada a heterogeneidade

² Site EUSA

(<https://www.eusa.eu/faq#:~:text=EUSA%20stands%20for%20European%20University%20Sports%20Association.gov,erning%20body%20for%20University%20Sports%20in%20Europe>)

estrutural, política e cultural existente entre os diferentes países europeus (Comissão Europeia, 2007:12). No que respeita aos efeitos da prática de atividade física durante a frequência do ensino superior, na Europa, a literatura parece centrar-se sobretudo no seu papel social, educativo e de integração (McAnallen et.al., 2007; Devecioglu et.al. 2012; Popeska et al., 2015; Yldiz & Ekici, 2017), bem como na sua função de inclusão (Phipps, 2020; Elkins et al., 2011) e na relação com a saúde mental dos estudantes (Groves et.al., 2008; Çaglar, 2009). Além disso, o Reino Unido – identificado como um dos contextos europeus onde o fenómeno do desporto universitário parece reunir maior atenção científica (Brunton & Mackintosh, 2017) - apresenta investigações em diversas áreas, nomeadamente sobre a saúde mental, consumo de álcool e cerimónias de iniciação académica associadas à integração de novos estudantes (Groves et al., 2011; Partington et al. 2012). Paralelamente tem-se verificado um interesse crescente pelo estudo das carreiras duais, procurando compreender quais as condições de acesso, permanência e frequência no ensino superior que devem ser consideradas para garantir o sucesso académico e desportivo dos estudantes-atletas (Brown et al., 2015; Pierce & Delahaye, 1996; Ferraz, 2022; Harris, 2025).

4.2.3. Lacunas na Investigação

Como percebemos anteriormente, o desporto no ensino superior europeu e americano tem percorrido caminhos distintos oriinando diferentes correntes de investigação centradas em políticas desportivas de ensino superior. Desta forma, dado que a investigação quer focar-se num paradigma próximo à realidade de Portugal, abrangemos os estudos realizados no continente europeu.

Apesar de todo este contexto, a literatura acerca das políticas de desporto no ensino superior, nomeadamente no desporto universitário, sobre os seus modelos de gestão, além da organização e gestão de programas recreacionais, parece ainda estar pouco desenvolvida, havendo pouca informação que enquadre este setor nas estratégias políticas desportivas nacionais (Griffiths, 2017). Brunton & Mackintosh (2017) referem que ainda não há evidência para suportar a ideia de que o desporto universitário deve fazer parte da estratégia universitária, pois muito poucos estudos são focados em políticas desportivas, sendo que grande parte focou-se nos efeitos dessa prática na experiência dos estudantes (Chung et al., 2013; Douglas et al., 2008; Haines, 2001) e em como as skills desenvolvidas através dessa experiência privilegiam a sua entrada no mercado de trabalho

(Allen, 2013). Verificou-se também que a própria vontade de participação dos estudantes universitários no desporto e atividade física, parece motivar-se pelo benefício desta atividade para a sua saúde física e mental (e.g., Robert et al. 2014; Santamaría et al., 2019).

Desta forma os resultados da investigação existente evidenciam a relação positiva entre desporto e frequência no ensino superior, como uma relação simbiótica que eleva as universidades a locais onde se cultiva o bem-estar, a coesão social e o desenvolvimento humano (Azeez et al., 2023). No entanto, pouco se conhece acerca da sua integração com as políticas públicas. Consequentemente, e em Portugal, o livro de Parente (2025), parece reforçar a necessidade de reunir o conhecimento existente acerca da gestão do desporto nas instituições de ensino superior.

4.3. Metodologia

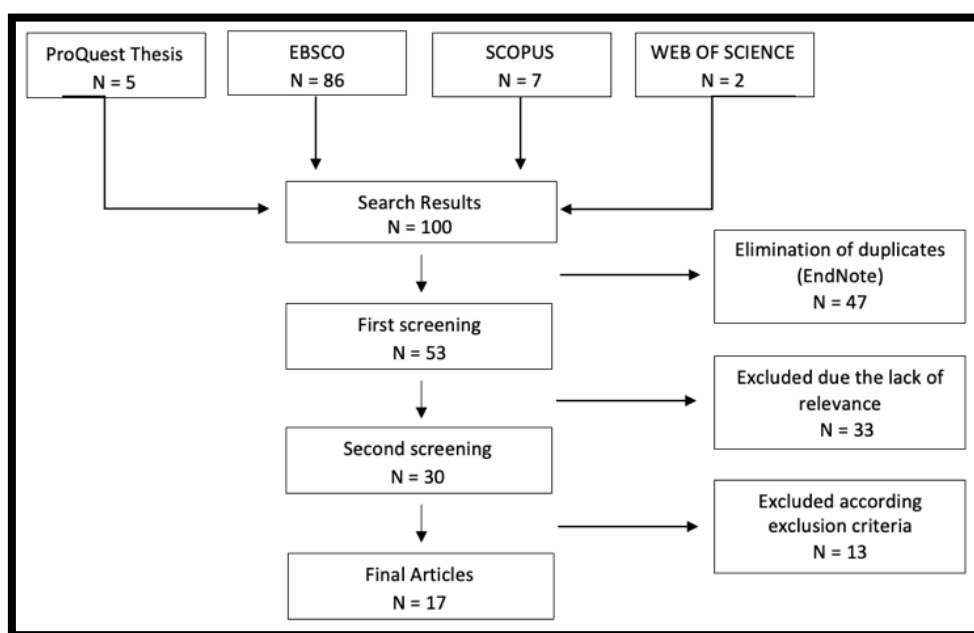
4.3.1. Recolha de dados e procedimentos

Foi realizada uma revisão estruturada da literatura de revistas científicas, capítulos de livros e teses revistas por pares nas bases de dados EBSCO, SCOPUS, Web of Science e ProQuest Thesis. Foram utilizadas as seguintes palavras-chave: Manage* AND “Higher Education” OR “University Sports” OR “Sport Policies” (A figura 1 apresenta a estratégia de pesquisa). Os critérios de inclusão definidos foram: estudos completos disponíveis nas bases de dados; estudos em inglês, português e espanhol; estudos revistos por pares; publicações entre 1918³ e fevereiro de 2026; estudos relacionados com a área das políticas públicas; estudos relacionados com ensino superior; estudos desenvolvidos na Europa.

Foram excluídos estudos com foco no ensino básico e secundário (Aldous & Brown, 2021; Domingos, 2010; Mota & Silva, 1999), em análises políticas fora do ensino superior (Green, 2004), sobre participação desportiva no contexto geral da sociedade (Fridberg, 2010; Alexandris & Carroll, 1998) e que abordaram a sociologia do desporto de forma geral (Devine, 2018).

³ 1918 – ano de fundação da primeira organização nacional europeia para o desporto universitário, a British Universities & Colleges Sport (BUCS)

Figura 1 – Estratégia de Pesquisa – Flow Chart



Fonte: Compilado pelos autores

Na pesquisa inicial foram identificados 100 títulos (figura 1). Os duplicados foram eliminados, resultando em 53 artigos que foram selecionados de acordo com o título e abstract para verificar a sua relevância. A análise dos resumos confirmou que vários estudos eram sobre ensino, políticas e sociologia do desporto geral, resultando na eliminação de mais 23 artigos. Os textos completos dos 30 artigos restantes foram analisados minuciosamente e outros 13 artigos foram rejeitados por não cumprirem todos os critérios de inclusão. No total, 17 artigos foram considerados para análise. A referência mais antiga era de 1998 e a mais recente de 2024. Todos estes artigos foram lidos de forma profunda e as suas informações sobre área de gestão, tipo e natureza do estudo, localização, amostra, instrumentos, principais resultados e limitações foram registadas (Tabelas 3, 4, 5 e 6).

4.3.2. Análise de dados

De modo a proceder à respetiva análise de dados, foram considerados três tipos de estudos (Filo; Lock; Karg, 2015): primários (estudos nos quais os investigadores conduziram pessoalmente o processo de recolhas de dados, são eles questionários online, inquéritos em papel ou entrevistas), secundários (estudos que se basearam em dados recolhidos já existentes, por exemplo materiais de arquivo) e conceptuais (trabalhos

teóricos sem apresentação de dados empíricos). Dependendo da natureza das variáveis analisadas, todos os estudos foram posteriormente analisados e classificados em quantitativos, qualitativos, mistos ou de opinião. Relativamente à avaliação da qualidade dos estudos, esta foi elaborada colocando em utilização duas ferramentas distintas. Todos os estudos foram avaliados e classificados como sendo de qualidade moderada (cumprindo um mínimo de 60% dos critérios), dessa forma foram incluídos na análise.

Uma vez que alguns dos estudos utilizavam uma abordagem mista, além das listas de avaliação do Joanna Briggs Institute (JBI, 2021), foram também aplicadas as listas de avaliação do Mixed Methods Appraisal Tool (MMAT, 2018), listas estas que avaliam a qualidade metodológica. Os estudos conceptuais foram incluídos na análise caso cumprissem no mínimo metade dos critérios metodológicos (Jadotte et al., 2016). Ambos os instrumentos foram aplicados de forma independente por dois investigadores distintos, tendo resolvido através de consenso mútuo qualquer discrepância decorrente da comparação das avaliações (tabela 1).

Tabela 1 – Resultados da avaliação da qualidade dos artigos

Tipo de Estudo	Autor(es) e Ano	JBI (2025) % "Yes"	MMAT (2018) % "Yes"
Quantitativo	Clayton, B., & Humberstone, B. (2006)	95	
	Capranica, et al. (2022)	90	
	Popeska, B. & Jovanova-Mitkovska, S. (2014)	56	
Qualitativo	Yıldız, Y., & Ekici, S. (2017)	61	
	Partington, et al. (2013)	88	
	O'Brien, et al. (2014)		79
Mistos	Phipps, C. (2020)		76
	Groves, et al.(2008)		88
	Dempster, S. (2009)		72
	Miragaia, et al. (2024)		84
	Griffiths, et al. (2017)		80
Conceptual	McAnallen, et al. (2007)	75	
	Gheorghe, Ș. O. (2014)	84	
	Popa, M. (2013)	75	
	Weiss, O. (2010)	67	
	Krüger, M. (2012).	67	
	Fonzo, E. (2024)	75	

Fonte: Compilado pelos autores

Seguidamente, para realizar a identificação das áreas de gestão e as principais conclusões relativas ao desporto universitário, foi elaborada uma análise de conteúdo nos estudos seleccionados, tal como sugere Hsieh & Shannon (2005). As áreas de gestão surgiram do texto, durante a leitura minuciosa dos artigos seleccionados. A análise de dados iniciou-se com a leitura repetida de todas as informações de forma a alcançar alguma imersão obtendo uma visão global (Tesch, 1990). Posteriormente, a informação foi examinada de forma a obter códigos, destacando a terminologia exata nos textos que sugerem captar ideias-chave ou ideias de gestão (Morgan, 1993). Esses códigos receberam uma classificação, de acordo com a forma como os diferentes códigos se associavam, em diferentes áreas de gestão (Hsieh; Shannon, 2005). Por último, os investigadores discutiram, combinaram e organizaram as áreas de gestão resultantes, tendo sido desenvolvidas definições para cada área (Tabela 2).

Tabela 2. Categorias temáticas através da análise do conteúdo

Áreas Temáticas	Definição
Sociologia do Desporto	Estudos baseados em análises sociais através do desporto universitário
Gestão	Estudos baseados em gestão e estratégia política
Históricos	Estudos baseados em análises de arquivos históricos
Benefícios	Estudos baseados nos benefícios relativos à saúde, desenvolvimento humano e de competências

Fonte: Compilado pelos autores

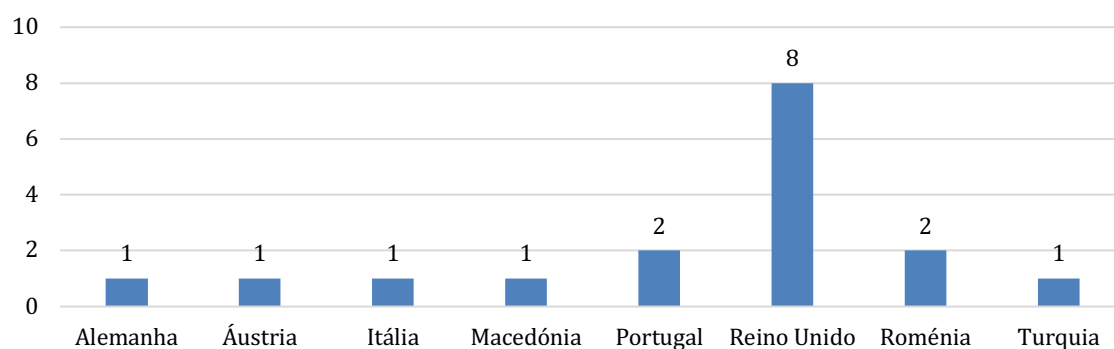
4.4. Resultados

4.4.1. Temáticas e Dispersão

A análise dos artigos indica que o desporto atua positivamente em várias áreas, mas parece não haver uma estratégia ou um foco temático global para o desporto universitário. Os efeitos do desporto universitário no desenvolvimento pessoal e humano de quem nele está envolvido parece ser o tema mais estudado (n=4); em seguida, a

estratégia política (n=3); a gestão de clubes universitários (n=2); os momentos históricos marcantes (n=2); a socialização (n=1); a identidade (n=2); o consumo de álcool (n=2) e a inclusão (n=1). Através do gráfico 1 é possível entender a distribuição dos estudos por país.

Gráfico 1 - Distribuição dos estudos por país

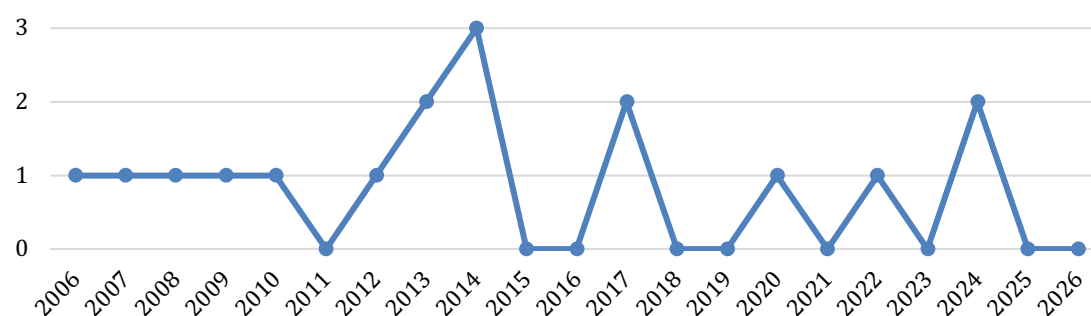


Fonte: Compilado pelos autores

A grande maioria dos estudos foram conduzidos no Reino Unido (n=8), realizaram-se também na Roménia (n=2), Portugal (n=2), Turquia (n=1), Áustria (n=1), Macedónia (n=1), Alemanha (n=1) e Itália (n=1).

Relativamente aos anos de publicação, foi durante a segunda década do século XXI que se registou o maior número dos estudos a analisar o desporto universitário na europa (n=9), oito deles entre 2012 e 2017, sendo que na primeira década surgiram apenas quatro, tal como desde 2020 até ao presente onde apenas se registaram outros quatro estudos.

Gráfico 2 – Distribuição dos estudos por ano de publicação



Fonte: Compilado pelos autores

4.4.2. Áreas Temáticas

Após a análise dos estudos, estes foram divididos em quatro áreas temáticas, de forma a percebermos o seu âmbito específico. As duas maiores áreas foram a sociologia do Desporto, abordada em nove estudos e a gestão que surgiu noutros seis. Foram ainda conduzidos dois estudos relativos à evolução histórica e dois acerca dos benefícios do desporto no ensino superior. Além disso, foram ainda identificadas sub-áreas (Tabela 2).

Categorias Temáticas				
	Sociologia do Desporto	Gestão	Históricos	Benefícios
Sub-categorias de Gestão	Socialização	Clubes universitários	Evolução	Saúde Mental
	Comportamentos sociais	Carreira dual	Momentos marcantes	Desenvolvimento de competências
	Coesão Social	Estratégia política		

Tabela 2 – Categorias de gestão no desporto universitário

Sociologia do Desporto

A sociologia do desporto foi abordada em estudos realizados no Reino Unido e na Turquia. Estes estudos, maioritariamente primários, ainda que existindo um conceptual, basearam-se em diferentes tipos de análise, foram elas: quantitativas, qualitativas e mistas. Para essas recolhas de dados utilizaram-se questionários, entrevistas semiestruturadas e guiões de focus group (Tabela 3). Yildiz e Ekici (2017) analisaram a influência da prática desportiva nos níveis de felicidade e socialização de estudantes universitários, reforçando-se o facto do desporto ser um forte aliado da felicidade e socialização de estudantes universitários.

Ao nível dos estudos focados nos efeitos do desporto no desenvolvimento pessoal e humano dos estudantes universitários, procurou-se perceber a relação entre a dependência de exercício e autoestima entre estes estudantes, permitindo compreender que esta relação pode não estar relacionada com o prazer pela prática de atividade física em si, mas sim numa perspetiva de reforço identitário que seja validado socialmente

(Groves et al., 2008). Ainda ao nível destes efeitos, Dempster (2009), investigou a possibilidade do desporto universitário, no Reino Unido, poder ser um legitimador simbólico de masculinidade hegemónica, percebendo que os jogadores de futebol e râguebi são amplamente percecionados como exemplos de imaturidade. Estes, tendiam a ter comportamentos como o consumo excessivo de álcool, a agressividade, a sexualização, a objetificação de mulheres e o domínio de espaços sociais. Clayton & Humberstone (2006) já tinham estudado o impacto da participação no futebol universitário ao nível da constituição da identidade masculina hegemónica. Tal como Dempster (2009), estes também verificaram os traços de imaturidade desta identidade associados aos consumos abusivos de álcool e ao discurso altamente sexualizado, objetificante e misógino em relação às mulheres, que se tornam os mecanismos de vigilância e reprodução dessa hegemonia masculina.

O desporto também foi analisado enquanto motor da identidade irlandesa na Grã-Bretanha, através dos estudantes irlandeses que promoviam atividades típicas da Irlanda em vários locais da Grã-Bretanha aquando do seu período de estudos no ensino superior (McAnallen et al., 2007). Este estudo concluiu que o desporto universitário é também um espaço de crescimento identitário e social. Por outro lado, mais recentemente, Phipps (2020), estudou o estado da inclusão no desporto universitário britânico, percebendo que existe um desfazamento claro entre as perceções institucionais de inclusão e aquelas que são as experiências vividas por estudantes LGBT+.

Estudou-se ainda o consumo de álcool enquanto comportamento social promovido pelo ambiente desportivo universitário. Primeiro, entendeu-se que membros de grupos desportivos universitários apresentavam um maior risco de consumo excessivo de álcool, com maior relevância para membros de desportos coletivos, constituindo assim uma preocupação relativa a esta cultura desportiva britânica que sugere intervenções específicas e bem direcionadas (Partington et al., 2013). No ano seguinte, O'Brien e os seus colegas estudaram a influência dos patrocínios de bebidas alcoólicas no consumo de álcool, também no contexto britânico do desporto universitário. Foi possível então perceber que há uma relação direta entre o patrocínio de bebidas alcoólicas e o aumento do consumo perigoso entre estudantes universitários (O'Brien et al., 2014).

Gestão

Esta área de estudo foi investigada na Áustria, Roménia e Portugal. A maior parte destes estudos foram conceptuais analisando estratégias políticas e clubes universitários, no entanto também há a presença de um estudo primário qualitativo e outro misto, assentes nas temáticas referidas, respetivamente (Tabela 4). Ao nível da gestão de clubes universitários, Gheorghe (2014) sugeriu que para promover níveis superiores de gestão, é necessário a profissionalização desta área, a formação adequada dos recursos humanos e uma utilização sistemática de ferramentas de gestão moderna. Outros autores estudaram ainda a eficiência de clubes universitários portugueses, percecionando que é difícil para qualquer um dos clubes analisados garantir a eficiência e sustentabilidade, quando existe uma dependência tão grande de recursos financeiros públicos, assim como a falta de suporte dos seus stakeholders (Miragaia et al., 2024).

No que concerne à temática relacionada com a gestão e estratégia política, Weiss (2010) realiza uma reflexão acerca do papel do desporto universitário, inovando através da integração, numa visão única, quatro grandes funções do desporto universitário numa perspetiva sociológica, são elas: a de integração, de saúde, económica/mediática e de identidade. Numa análise ao desporto universitário romeno, Popa (2013), sugere que o desporto universitário tem de seguir uma estratégia, incrementando o desenvolvimento organizacional orientado para potenciar o autodesenvolvimento do segmento do desporto universitário. A carreira dual no ensino superior europeu também foi estudada, identificando-se as necessidades estruturais comuns de atletas de diferentes países (Capranica et al., 2022). Foi enfatizada a importância de programas flexíveis e individualizados, apoio financeiro e logístico, visibilidade institucional e suporte social, fornecendo informações relevantes para os atores políticos. Também importante politicamente, é o reforço da ideia do desporto universitário como espaço de identidade e reforço do espírito académico, articulando valores humanistas, morais e físicos (Weiss, 2010). Desta forma, percecionamos melhor o vasto campo de abrangência deste setor.

Históricos

Dois estudos conceptuais, um realizado na Alemanha e outro na Itália, analisam a evolução do desporto universitário, nomeadamente em momentos históricos nos quais este foi utilizado como um dos motores de implementação de ideologias políticas nesses países (Tabela 5). Krüger (2012) analisou o desporto universitário alemão desde 1900 até aos primeiros anos da República Federal Alemã, de forma a perceber o impacto do desporto universitário na modernização do desporto. Este estudo histórico, de natureza interpretativa e contextual foi baseado na análise de documentos e arquivos. Ao tentar compreender o papel da universidade na modernização do desporto moderno e entender a relação entre desporto, política e ideologia, este estudo permitiu perceber que as universidades alemãs foram centrais na introdução e difusão do desporto moderno, assim como, durante o nazismo, o desporto foi ideologizado, militarizado e instrumentalizado politicamente, isto para ser mais um veículo de promoção dessa ideologia (Krüger, 2012).

Outro estudo, documental, baseado em fontes de arquivo e imprensa, descreve o evento mais marcante do início do movimento desportivo universitário em Itália. Fonzo (2024), procurou reconstruir a história das Olimpíadas Universitárias de 1922 em Roma, de forma a perceber o seu impacto no desporto universitário no país, assim como analisar como é que essa iniciativa estudantil antecipou e influenciou a ideologia desportiva fascista em Itália. Tal como no estudo anterior, também neste se percebe a influência do desporto universitário como promotor do desporto moderno e em ambos, o facto das ideologias políticas extremistas da altura terem se apropriado deste para promoverem os seus ideais (Fonzo, 2024).

Benefícios

No que concerne aos benefícios do desporto, durante o ensino superior, para o desenvolvimento pessoal e humano, foram concebidos 2 estudos primários, ambos de natureza mista que decorreram no Reino Unido e outro conduzido na Macedónia (Tabela 6). Griffiths et al., (2017), através da tentativa de entender se o envolvimento em desporto durante a formação superior, tem impacto positivo na empregabilidade a longo prazo dos graduados, apurou que os estudantes que pertenceram a estas atividades apresentavam, em média, salários mais elevados. Concluiu também que aqueles que combinavam desporto e voluntariado ou gestão de atividades desportivas, evidenciam um maior desenvolvimento de competências, sendo menos propensos a terem passado por períodos de desemprego. Através da análise realizada com resultado positivo à implementação de uma disciplina obrigatória, numa universidade da Macedónia, que promove o desporto e a recreação, compreendeu-se que os estudantes abrangidos foram impactados positivamente, apresentando consciencialização sobre a importância da atividade física e um estilo de vida ativo (Popeska, B. & Jovanova-Mitkovska, S., 2014). Neste mesmo estudo, demonstrou-se que as presenças destes programas relacionados com o desporto influenciaram os estudantes desta universidade a estarem cada vez mais envolvidos nesta área, sendo que cerca de 70% dos estudantes apoiam totalmente a introdução desta disciplina como obrigatória para o 1º ano. Em ambos os estudos, é possível reforçar que através do ensino superior se pode elevar a dimensão educativa e social do desporto (Griffiths et al., 2017; Popeska, B. & Jovanova-Mitkovska, S., 2014).

Tabela 3 – Sociologia do Desporto

Estudo	Tipo/Natureza	Localização	Amostra	Instrumentos	Temática	Principais Resultados	Limitações
Yıldız, Y., & Ekici, S. (2017)	Primário Quantitativo	Turquia	425 estudantes	Questionário	Socialização	A prática desportiva pode ser considerada um instrumento eficaz para aumentar os níveis de felicidade e socialização entre estudantes universitários.	Amostra limitada a uma universidade e apenas ao contexto turco, com utilização de medidas de autorrelato.
Phipps, C. (2020)	Primário Misto	Reino Unido	89 associações de estudantes (student unions)	Questionário Guiões de focus group	Inclusão	A inclusão LGBT+ no desporto universitário permanece incompleta, no entanto existem políticas, mas são maioritariamente simbólicas ou performativas.	Foco exclusivo no contexto britânico. Participação variável dos elementos das associações de estudantes que têm pouco tempo nos cargos.
Partington, S., Partington, E., Heather, N., Longstaff, F., Allsop, S., Jankowski, M., Wareham, H., Stephens, R., & St Clair Gibson, A. (2013)	Primário Quantitativo	Reino Unido	770 estudantes	Questionário	Consumo de álcool	Estudantes membros de grupos desportivos universitários constituem um grupo de alto risco para o consumo problemático de álcool. Sendo os desportos coletivos os que apresentam maior risco. A cultura do desporto universitário britânico está fortemente associada a padrões de consumo nocivos.	Amostra pequena de atletas de um nível superior. Necessidade de explorar variáveis como: influência dos pares e socialização; redes sociais e atitudes culturais acerca o consumo abusivo.
O'Brien, K. S., Ferris, J., Greenlees, I., Jowett, S., Rhind, D.,	Primário Quantitativo	Reino Unido	2048 estudantes	Questionário	Consumo de álcool	O patrocínio da indústria do álcool está associado a consumo mais elevado e mais perigoso entre estudantes-atletas.	Os estudantes inquiridos aqui não pertencem a clubes necessariamente geridos por uma universidade.

Cook, P. A., & Kypri, K. (2014)						Os resultados sustentam preocupações de saúde pública sobre o patrocínio alcoólico no desporto. Evidência relevante para políticas de restrição ou eliminação deste tipo de patrocínio.	Desenho transversal e dependência de autorrelato
McAnallen, D., Mossey, P., & Moore, S. (2007)	Conceptual N/A	Reino Unido	N/A	N/A	Identidade	A diáspora estudantil irlandesa desempenha um papel central na sustentação e expansão da GAA na Grã-Bretanha. O desporto universitário funciona como espaço híbrido de identidade, sociabilidade e inovação. A identidade irlandesa expressa-se de forma mais flexível, desportiva e menos religiosa do que no passado.	Específico ao contexto irlandês. Ausência de dados comparativos com outros países da diáspora irlandesa.
Groves, M., Biscomb, K., Nevill, A., & Matheson, H. (2008)	Primário Misto	Reino Unido	123 estudantes	Questionário Entrevistas semiestruturadas	Efeitos no desenvolvimento pessoal e humano	A relação entre DE e autoestima não é universal, mas contextualmente construída, podendo resultar de uma dependência do reforço identitário, e não apenas da atividade física em si mesma. Ambientes institucionais moldam quais identidades são recompensadas socialmente.	Amostra restrita a estudantes de ciências do desporto. Dependência de autorrelato.
Dempster, S. (2009)	Primário Misto	Reino Unido	180 estudantes	Questionário Entrevistas semiestruturadas	Efeitos no desenvolvimento pessoal e humano	O desporto universitário desempenha um papel central na legitimação simbólica dessa masculinidade hegemónica.	Amostra exclusivamente masculina. Dependência de autorrelatos e discursos dos participantes.

						Resistências à “laddishness” coexistem com a reprodução de valores hegemónicos mais amplos. A masculinidade hegemónica revela-se dinâmica, contestada e contraditória, em vez de homogénea.	Estudo transversal
Clayton, B., & Humberstone, B. (2006)	Primário Qualitativo	Reino Unido	13 atletas universitários	Entrevistas semiestruturadas	Identidade	O futebol universitário constitui um espaço privilegiado para a reprodução discursiva da masculinidade hegemónica (especialmente quando o tema da conversa é o álcool ou mulheres). A agressividade regular na descrição dos episódios com mulheres é a validação para esta masculinidade hegemónica, que é constantemente negociada, contestada e reforçada através da fala quotidiana. Apesar de existirem momentos de resistência, a maioria dos participantes mantém-se cúmplice do projeto patriarcal.	Amostra reduzida e localizada numa única universidade. Foco exclusivo em jogadores masculinos heterossexuais.

Fonte: Compilado pelos autores.

Tabela 4 – Gestão

Estudo	Tipo/ Natureza	Localização	Amostra	Instrumentos	Temáticas	Principais Resultados	Limitações
Gheorghe, Ș. O. (2014)	Conceptual N/A	Roménia	N/A	N/A	Gestão de Clubes Universitários	A adoção de métodos de gestão moderna (baseados em conhecimento, performance, objetivos, projetos, orçamentos e ferramentas como SWOT/VRIO/PERT) é condição para melhoria da eficiência e eficácia das organizações desportivas universitárias.	Ausência de aplicação empírica concreta (trata-se de uma pesquisa preliminar de enquadramento, sem dados de campo.
Miragaia, D. A. M., Ferreira, J. J. M., & Vieira, C. T. (2024)	Primária Mista	Portugal	92 clubes universitários	DEA – Data Envelopment Analysis Entrevista semiestruturada	Gestão de Clubes Universitários	A eficiência dos clubes universitários não é apenas uma questão de nível de recursos, mas de organização e gestão desses recursos: estrutura organizacional, definição de prioridades competitivas, gestão de recursos humanos e articulação com stakeholders. Dependência de financiamento público para garantir sustentabilidade e eficiência de longo prazo, é necessário diversificar fontes de receita e envolver mais stakeholders externos. O diretor do CDUP afirmou que através da participação e medalhas conseguem ganhar mais	Na análise de eficiência variáveis como qualidade das instalações, competências dos treinadores, tipo de liderança ou fontes de financiamento privadas não foram incluídas. A componente qualitativa baseia-se em apenas um clube eficiente. Necessário realizar uma análise qualitativa aos restantes clubes

						financiamento, daí terem um gabinete de competição para orientar este setor de atividade do CDUP para o resultado desportivo. A aplicação da DEA demonstra ser uma ferramenta útil para diagnósticos de eficiência e para orientar decisões de planeamento	
Popa, M. (2013)	Conceptual N/A	Roménia	N/A	N/A	Estratégia Política	A utilização de estratégias de otimização, derivadas de uma análise SWOT bem fundamentada, pode ativar o potencial de autodesenvolvimento do desporto universitário romeno. A melhoria das condições organizacionais e estratégicas deverá traduzir-se em melhores resultados competitivos a nível nacional e internacional.	- O artigo não explicita de forma detalhada os dados empíricos usados na SWOT (fontes, métodos de recolha).
Weiss, O. (2010)	Conceptual N/A	Áustria	N/A	N/A	Estratégia Política	Desporto universitário é uma área em crescimento com papel cada vez mais importante em integração social, promoção de saúde, economia dos eventos e construção de identidades individuais e institucionais. A identidade do desporto universitário deve manter-se livre e independente, mesmo em cooperação com parceiros institucionais, financeiros ou mediáticos, para preservar o potencial positivo do desporto. Promover valores desportivos como fair play e desenvolvimento humano integral acrescenta uma nova	Natureza ensaística. Não apresenta método empírico sistemático nem dados quantitativos próprios.

							dimensão ao espírito universitário em ensino, investigação e disciplina.	
Capranica, L., Doupona, M., Abelkalns, I., Bisenieks, U., Sánchez-Pato, A., Cánovas-Álvarez, F. J., Figueiredo, A. J., García-Roca, J. A., Leiva-Arcas, A., Meroño, L., Paegle, A., Radu, L.-E., Rus, C.-M., Rusu, O.-M., Sarmiento, H., Stonis, J., Vaquero-Cristóbal, R., Vaz, V., Ghinassi, B., Izzicupo, P., & Di Baldassarre, A. (2022)	Primário Qualitativo	Portugal; Espanha; Itália; Roménia; Letónia	77 atletas universitários de elite	Guião de focus group	Estratégia Política	A carreira dual no ensino superior europeu permanece fragmentada e desigual. As perspetivas dos atletas oferecem orientações claras e acionáveis para o desenho de políticas institucionais. A implementação eficaz da carreira dual exige coordenação multinível, envolvimento institucional e monitorização sistemática. Os resultados fornecem uma base sólida para reformas políticas e organizacionais no contexto europeu.	Perspetiva limitada aos atletas, sem inclusão direta de decisores institucionais. Natureza qualitativa e exploratória limita generalizações estatísticas.	

Fonte: Compilado pelos autores.

Tabela 5 – Históricos

Estudo		Tipo/Natureza	Localização	Amostra	Instrumentos	Temáticas	Principais Resultados	Limitações
Krüger, (2012).	M.	Conceptual N/A	Alemanha	N/A	N/A	Momentos históricos marcantes	O desporto universitário alemão foi motor da modernização cultural, mas também veículo de politização extrema. A proximidade entre universidade, Estado e ideologia teve consequências profundas. O legado do Nazismo dificultou a legitimação académica da educação física no pós-guerra. A história do desporto universitário reflete tensões centrais da sociedade alemã moderna.	Resultados não diretamente generalizáveis a todas as universidades alemãs. Dependência de fontes históricas disponíveis
Fonzo, E. (2024)		Conceptual N/A	Itália	N/A	N/A	Momentos históricos marcantes	As Olimpiadi Universitarie de 1922 mostram que muitos elementos da ideologia desportiva fascista (desporto como educação patriótica, formação do “novo homem”, centralidade do corpo e carácter, mito de Roma) já estavam presentes em iniciativas da Itália liberal e	Baseia-se em fontes disponíveis (arquivo e imprensa), que podem ser incompletas ou enviesadas;

foram depois apropriados e radicalizados pelo regime.

Fonte: Compilado pelos autores.

Tabela 6 – Benefícios

Estudo	Tipo/Natureza	Localização	Amostra	Instrumentos	Temáticas	Principais Resultados	Limitações
Griffiths, K., Bullough, S., Shibli, S., & Wilson, J. (2017)	Primário Misto	Reino Unido	5838 graduados 112 empresas 13 dirigentes universitários	Questionários Inquéritos Entrevistas semiestruturadas	Desenvolvimento pessoal e humano	Envolver-se em desporto na universidade é visto, por graduados, empregadores e universidades, como um investimento sólido na empregabilidade, estando também associados a salários mais elevados em comparação com aqueles que só vão ao ginásio. O nível e tipo de envolvimento importam. Para universidades, há implicações de política: necessidade de investir estrategicamente em infraestruturas e programas de desporto, não só pela saúde/bem-estar, mas como componente explícita da estratégia de empregabilidade.	Dados de graduados baseados em autoavaliação de competências e percepções sobre impacto do desporto; possíveis enviesamentos de memória e desejabilidade social.
Popeska, B. & Jovanova-Mitkovska, S. (2014)	Primário Quantitativo	Macedónia	670 estudantes universitários	Questionário	Desenvolvimento pessoal e humano	Um modelo integrado, com uma disciplina curricular obrigatória, que promove o desporto, a atividade física e estilos de vida ativos veio	Ausência de medidas diretas de resultados em saúde, bem-estar ou desempenho

	reforçar o papel social e educativo do desporto no ensino superior. As universidades devem ocupar um papel central num sistema de educação física contínuo, oferecendo diversos tipos de atividade física em prol da promoção de saúde e bem-estar.	académico associados à participação em desporto universitário.
--	--	---

Fonte: Compilado pelos autores.

4.5. Discussão

4.5.1. Dispersão e Temáticas

No que concerne às temáticas exploradas, é possível perceber diferenças relevantes entre a Europa e outras grandes potências do desporto universitário, como a China e os EUA. Enquanto no contexto europeu o foco tem incidido sobretudo na promoção do desporto no ensino superior como forma de lazer, melhoria da qualidade de vida, integração social e desenvolvimento pessoal (Weiss, 2010), havendo também exemplos de reforço curricular desta área, como no caso da Bulgária (Hristova, 2020), noutros contextos o desporto universitário surge mais claramente articulado com objetivos sistémicos de aptidão física, rendimento ou crescimento económico. Na China, por exemplo, o desporto está presente ao longo dos vários ciclos de ensino com funções associadas à promoção da aptidão física da população e à obtenção de resultados desportivos, sendo atualmente sugerido o alargamento da sua função numa perspetiva de saúde pública (Tsai & Zhou, 2017). Já nos EUA, através da NCAA, o desporto universitário assume uma forte dimensão competitiva, institucional e económica, valorizando o estudante-atleta também enquanto agente de um espetáculo desportivo integrado numa lógica capitalista (Smith, 2011).

Desta forma, os resultados permitem perceber que o propósito atribuído ao desporto universitário varia em função das características sociopolíticas de cada contexto. No caso europeu, essa especificidade ajuda a explicar por que motivo a literatura se apresenta dispersa e sem um foco temático global claramente consolidado, sobretudo ao nível das políticas desportivas. Como referem Brunton e Mackintosh (2017), ainda não existe evidência suficiente para sustentar o desporto universitário como eixo plenamente integrado na estratégia universitária, o que ajuda a compreender a reduzida produção centrada na esfera política e estratégica. Assim, mais do que revelar apenas variedade temática, esta dispersão evidencia também a dificuldade em estruturar o desporto universitário europeu como objeto coerente de gestão e de política pública.

4.5.2. Áreas Temáticas

Sociologia do Desporto

Quando abordamos o fomento do desporto no ensino superior, no que concerne ao seu impacto social, os resultados mostram que o desporto universitário é reforçado como motor de socialização e felicidade (Yildiz & Ekici, 2017). No entanto, esta dimensão positiva não esgota a leitura sociológica do fenómeno. Os estudos incluídos revelam também que o desporto universitário funciona como espaço de produção e reprodução de normas, identidades e comportamentos sociais, o que lhe confere uma relevância que vai para além da mera participação desportiva. Nesse sentido, Groves et al. (2008) mostram que a relação entre exercício e autoestima pode estar associada a mecanismos de reforço identitário validados socialmente, enquanto Clayton e Humberstone (2006) e Dempster (2009) evidenciam que certas culturas desportivas universitárias podem contribuir para a legitimação simbólica de formas de masculinidade hegemónica.

Esta leitura é reforçada pelos estudos sobre consumo de álcool no contexto britânico. Partington et al. (2013) mostram que os membros de grupos desportivos universitários, em especial de modalidades coletivas, apresentam maior risco de consumo problemático, ao passo que O'Brien et al. (2014) demonstram uma relação entre o patrocínio de bebidas alcoólicas e o aumento do consumo perigoso entre estudantes-atletas. Em conjunto, estes resultados sugerem que o desporto universitário pode favorecer coesão e pertença, mas também reproduzir culturas de grupo e comportamentos de risco quando não existem mecanismos institucionais adequados de regulação e acompanhamento.

Quando abordamos o tema da inclusão, os resultados apontam no mesmo sentido crítico. Phipps (2020) mostra que, no contexto britânico, continuam a existir limitações importantes na promoção da inclusão de estudantes LGBT+, verificando-se um desfasamento entre os discursos institucionais e as experiências efetivamente vividas. Esta leitura converge com Coley et al. (2025), no contexto americano, e com Aguilar (2023), no contexto filipino, que também apontam atrasos, insuficiências e necessidade de reforço de programas de sensibilização e educação. Assim, a análise comparada destes estudos permite

concluir que a inclusão no desporto universitário continua a ser uma meta afirmada com maior facilidade ao nível discursivo do que ao nível das práticas concretas.

No que concerne à identidade, Archer e Weaver (2021) revelam que os estudantes-atletas possuem identidades múltiplas — académica, desportiva e social — embora a identidade atlética tenda a assumir maior centralidade. Esta ideia articula-se com Schultz e Sheffer (2017) e Kim e Kim (2019), que mostram como símbolos institucionais, equipas, redes sociais e experiências de sucesso ou derrota contribuem para a construção de sentido de comunidade e de identidade coletiva. Ou seja, o desporto universitário funciona também como espaço de pertença simbólica ao campus, reforçando a ligação dos estudantes à instituição.

Só depois desta leitura é possível compreender melhor o contraste com o contexto americano. Nos EUA, onde o desporto universitário se encontra mais desenvolvido e integrado institucionalmente, alguns estudos mostram que a atenção se deslocou em muitas instituições do desenvolvimento global dos estudantes para dimensões associadas ao desempenho, à competição e à lógica económica do sistema (Singer & Cunningham, 2012). É neste quadro que surgem fenómenos como a reprodução de desigualdades sociais no acesso ao estatuto de atleta universitário (Tompsett & Knoester, 2021), a centralidade da identidade desportiva em estudantes internacionais (Foster & Lally, 2021) e diferentes perceções sobre o propósito do desporto entre estudantes nacionais e internacionais (Popp et al., 2009). Assim, a principal diferença não reside na existência ou não de fenómenos sociais relevantes, mas no facto de, na Europa, a literatura tender a enfatizar mais a dimensão educativa e integradora, enquanto nos EUA sobressaem mais claramente as tensões associadas à mercadorização e à competição.

Gestão

No domínio da gestão, os resultados mostram que o desenvolvimento do desporto universitário depende fortemente da capacidade de estruturar este setor de forma profissional, estratégica e sustentável. Miragaia et al. (2024) evidenciam a dependência de stakeholders e de financiamento público, bem como as dificuldades em assegurar eficiência e sustentabilidade a longo prazo nos clubes universitários portugueses. Esta leitura converge com Gheorghe (2014), que já defendia a necessidade de profissionalização da gestão, formação adequada dos recursos humanos e utilização sistemática de ferramentas de gestão moderna. Em conjunto, estes estudos sugerem que o problema não reside apenas na escassez de recursos, mas também na forma como estes são organizados, planeados e operacionalizados.

É neste sentido que Parente (2025) reforça a necessidade de planeamento estratégico. Neste contexto, esse planeamento deve ser entendido como a definição de prioridades de desenvolvimento para o setor, a criação de estruturas organizacionais estáveis, a diversificação das fontes de financiamento, o reforço das parcerias institucionais e a adoção de instrumentos de apoio à decisão. Por isso, torna-se relevante criar estruturas de gestão capazes de planear e operacionalizar programas desportivos sustentáveis (Shilbury & Ferkins, 2019), desenvolver modelos de parceria e financiamento que reduzam a dependência excessiva de recursos públicos (Hoye et al., 2018), promover a participação de estudantes de diferentes origens socioeconómicas e geográficas (Henry & Ko, 2018) e integrar ferramentas digitais que apoiem quer a gestão quer a comunicação institucional (Pitt et al., 2021).

Ao abordarmos o papel do desporto universitário ao nível da estratégia política, percebemos também que a gestão não pode ser separada do enquadramento institucional em que este setor opera. Enquanto na Europa se verifica uma separação mais clara entre sistema educativo e sistema desportivo (Emrich et al., 2009), os resultados desta revisão mostram que o desporto universitário europeu tende a ser legitimado sobretudo pelo seu valor social, educativo e integrador (Weiss, 2010). Em contraste, nos EUA, a forte integração

institucional entre ensino e desporto favorece um modelo mais centralizado e regulado, em que a competição, o rendimento e a dimensão económica dos atletas ganham maior protagonismo (Pifer & Huml, 2025). A NCAA surge, neste contexto, como exemplo de governação contínua e adaptativa, capaz de preservar a centralidade do sistema através da monitorização académica, da elegibilidade e de outros instrumentos formais de regulação (Washington & Patterson, 2019; Lee et al., 2022).

No contexto europeu, a carreira dual representa uma das áreas em que esta articulação entre política e gestão se torna mais evidente. A Comissão Europeia (2012) identificou como principais dificuldades a rigidez dos sistemas educativos, a necessidade de maior cooperação entre organizações e as diferenças políticas entre países, surgindo a carreira dual como resposta central para coordenar instituições desportivas e educativas (Stambulova & Wylleman, 2019). Estas preocupações vão ao encontro dos resultados encontrados por Capranica et al. (2022), que mostram que o apoio aos estudantes-atletas continua fragmentado e desigual entre contextos nacionais. Em termos críticos, isto sugere que, apesar do reconhecimento político crescente da carreira dual, a sua implementação permanece pouco homogénea e dependente da capacidade organizacional de cada instituição.

Históricos

Tal como acontece nos resultados, os estudos de Fonzo (2024) e Krüger (2012) mostram que o desporto universitário foi instrumentalizado em determinados momentos históricos como veículo de promoção ideológica. No caso alemão, Krüger (2012) evidencia a centralidade das universidades na introdução e difusão do desporto moderno, mas também o modo como, durante o nazismo, o desporto foi ideologizado, militarizado e politicamente instrumentalizado. No caso italiano, Fonzo (2024) demonstra que as Olimpíadas Universitárias de 1922 anteciparam e influenciaram a ideologia desportiva fascista, através da valorização do corpo, da educação patriótica, do carácter e da formação de um ideal de juventude.

Esta leitura é corroborada por Riordan (1999), ao mostrar que o desporto, incluindo o universitário, foi também utilizado como instrumento ideológico durante a Guerra Fria. No contexto americano, isso ocorreu através da projeção internacional do país por meio das universidades e da participação em competições internacionais, bem como pela utilização de atletas universitários como representantes simbólicos do sistema desportivo e educativo dos EUA (Keys, 2006). Deste modo, percebe-se que a instrumentalização ideológica do desporto universitário ocorreu através de competições, estruturas institucionais, modelos de socialização juvenil e mecanismos de representação nacional.

Ainda nos EUA, Pope (2009) analisa a evolução do desporto universitário enquanto indústria, resultante da sua crescente integração no mercado do entretenimento, o que ampliou a cobertura mediática e as receitas e reforçou o papel económico das instituições educativas. Na Ásia, Park (2010) também evidencia o papel das universidades na difusão do desporto moderno, permitindo alargar esta interpretação a outros contextos históricos e geográficos. Em conjunto, estes estudos sugerem que o desporto universitário deve ser entendido não apenas como prática educativa ou recreativa, mas também como objeto historicamente moldado por projetos políticos, ideológicos e institucionais.

Benefícios

A participação no desporto universitário acarreta um vasto leque de benefícios sociais e educativos que se tornam transferíveis para a vida académica e profissional dos estudantes. Griffiths et al. (2017) mostram que o envolvimento em atividades desportivas durante o ensino superior está associado a melhores perspetivas de empregabilidade e, em média, a salários mais elevados, sobretudo quando combinado com voluntariado ou gestão de atividades desportivas. Esta leitura é corroborada por Shulruf et al. (2008), ao reforçar a relação entre participação no ensino superior e desenvolvimento pessoal e profissional.

Quando se fala, neste contexto, em competências transversais, importa explicitar melhor o que isso significa. A literatura mobilizada sugere que estas competências incluem,

entre outras, a capacidade de gerir melhor o tempo, a disciplina, a interação com colegas e professores, o sentido de responsabilidade e a adaptação a contextos sociais e organizacionais diversificados (Comeaux et al., 2015). Para além disso, Pascarella et al. (1999) apontam também para contributos ao nível do desenvolvimento cognitivo e da abertura a experiências académicas mais amplas. Assim, os benefícios identificados não se limitam ao plano físico ou recreativo, estendendo-se à formação global do estudante.

Por sua vez, Popeska e Jovanova-Mitkovska (2014) mostram que a integração curricular de uma disciplina obrigatória orientada para o desporto e a recreação contribuiu para aumentar a consciencialização dos estudantes sobre a importância da atividade física e de um estilo de vida ativo. Este dado reforça a ideia de que o ensino superior pode desempenhar um papel estruturante na promoção de hábitos saudáveis e na valorização educativa do desporto. Em conjunto com Griffiths et al. (2017), estes resultados mostram que o desporto universitário pode simultaneamente promover bem-estar, integração e desenvolvimento de competências relevantes para a vida futura.

Neste sentido, os benefícios do desporto universitário abrangem também o plano psicológico. Huang e Chang (2004) referem que a participação em atividades cocurriculares se associa a maior crescimento estudantil, enquanto Amjad et al. (2024) mostram relações com menores níveis de dependência das redes sociais e maiores níveis de satisfação com a vida. Em síntese, a evidência discutida sugere que o desporto universitário deve ser entendido como componente relevante da experiência estudantil, e não apenas como oferta complementar, o que reforça a necessidade de as instituições o integrarem nas iniciativas orientadas para o bem-estar e desenvolvimento dos estudantes.

4.6. Linhas de Investigação Futuras

O desenvolvimento de políticas públicas, nas quais se enquadram as políticas desportivas e também o ensino superior público, é um processo contínuo que necessita de aglomerar mais conhecimento científico para poder tratar as políticas desportivas de ensino superior no contexto europeu da forma mais adequada e eficiente à sua realidade. À medida que este conhecimento é adquirido, o fomento do desporto nas instituições de ensino superior vai crescendo. No entanto, e em primeiro lugar, a investigação futura deve voltar a analisar o termo desporto universitário, uma vez que aos dias de hoje o seu universo é tão amplo que torna difícil estudar este fenómeno como um todo. Neste sentido, torna-se essencial, do ponto de vista da gestão do desporto universitário, que este seja estudado de forma isolada na sua vertente competitiva e recreativa, uma vez que, para ambos os casos, exigem-se modelos de gestão distintos. Em segundo lugar, após perceber o nível de envolvimento no desporto universitário, seja ele competitivo ou recreacional, direccionar a futura investigação para reforçar o papel deste setor como um dos pilares do ensino superior, numa sociedade que se quer mais ativa, percebendo o papel das universidades como central nessa promoção. Em terceiro lugar, a futura investigação deste tema deve estudar as políticas existentes no contexto europeu relativo ao apoio às carreiras duais, uma vez que se trata de atletas de desporto universitário ou não que conciliam a sua carreira desportiva com a educativa e que estão abrangidos aos temas tratados pelo desporto universitário. Por último, será necessário a investigação futura preocupar-se com a consolidação de termos e métodos de gestão do desporto aplicados ao contexto do ensino superior, direccionados para a realidade europeia, atendendo às diferentes formas de organização deste setor neste continente.

4.7. Conclusões

A presente revisão sistemática da literatura foi elaborada com o propósito de perceber o que tem sido estudado relativamente ao desporto universitário desde 1918 até 2026 com o objetivo de perceber as temáticas que têm sido exploradas.

Primeiramente, através da revisão da literatura foi possível entender o grande campo de abrangência que possui o desporto universitário e a disparidade de objetivos que este possui mundialmente. Posto isso, foi necessário entender a dispersão de estudos elaborados no continente europeu ao longo da história, posteriormente, categorizá-los por áreas temáticas e identificar as categorias nas quais se enquadravam de forma a perceber se existiria um foco global de estudo dentro da grande abrangência do desporto universitário.

Os resultados permitiram perceber que os estudos no contexto europeu analisam essencialmente aspetos sociais, históricos e benéficos da participação no desporto universitário, havendo pouca investigação a analisar este setor do ponto de vista da gestão e estratégia política. Ao nível da análise social, é evidente a contribuição do desporto para o desenvolvimento social e humano dos estudantes de ensino superior, assim como, para a integração no seio académico. Foi também verificado que a participação desportiva capacita os jovens estudantes para o seu percurso profissional, através do desenvolvimento de competências transversais. Desta forma, uma vez que grande parte da literatura se ocupa em apontar os benefícios sociais, pessoais e profissionais da prática de desporto no ensino superior, recomenda-se que estudos futuros incidam na gestão de clubes universitários e em estratégias políticas que possam vir a ser executadas pelas instituições de ensino superior que promovam desporto nos seus campus. Este estudo visa então contribuir para a estruturação do conhecimento acerca das políticas de ensino superior na Europa contribuindo para o seu avanço, proporcionando aos gestores desportivos do setor universitário, mais e melhores instrumentos, estratégias e práticas.

Neste sentido, este estudo representa um contributo teórico em entender o que tem sido estudado no universo do desporto universitário europeu, reunir conclusões e projetar o seu contributo prático ao nível da evolução estratégica, política e organizacional, dando o mote para o surgimento de uma melhor organização temática global. Apenas com um foco mais evidente e reforçado com novos estudos é se poderá desenvolver verdadeiramente o setor do desporto no ensino superior neste continente.

4.8. Referências

- Aguilar, M. G. W. (2023). Inclusive sports in Philippine higher education: Determining attitudes towards transgender students' participation. *Simulacra*, 6(1), 95–108. <https://doi.org/10.21107/sml.v6i1.19796>
- Aldous, D., & Brown, D. (2021). A critical analysis of CIMSPA's transformative aspirations for UK higher education sport and physical activity vocational education and training provision. *Sport, Education and Society*, 26(6), 634–647.
- Alexandris, K., & Carroll, B. (1998). The relationship between selected demographic variables and recreational sport participation in Greece. *International Review for the Sociology of Sport*, 33(3), 291–297.
- Allen, K., et al. (2013). *The impact of sport engagement on graduate employability: Final report*. Sheffield Hallam University.
- Amjad, T., Ali, A., & Afaq, M. (2024). Sports engagement to prevent social media addiction and augment life satisfaction among early adults studying in the institutions of higher education. *Journal of Development & Social Sciences*, 5(1), 149–158. [https://doi.org/10.47205/jdss.2024\(5-I\)14](https://doi.org/10.47205/jdss.2024(5-I)14)
- Archer, M., & Weaver, T. (2021). A qualitative analysis of the intersectional socialization of NCAA Division I student-athletes across diverse identities. *Journal of Higher Education Athletics & Innovation*, 1–33. <https://doi.org/10.15763/issn.2376-5267.2020.1.8.1-33>
- Aulgur, J. (2016). Governance and board member identity in an emerging nonprofit organization. *Administrative Issues Journal: Education, Practice, and Research*, 6(1), 6–21. <https://doi.org/10.5929/2016.6.1.1>
- Azeez, S. A., Mustafa, F. A., & Ahmed, R. M. (2023). A meta-analysis of evidence synthesis for a healthy campus built environment by adopting active design approaches to promote physical activity. *Buildings*, 13(5), 1224. <https://doi.org/10.3390/buildings13051224>

Bakker, A. B., & Mostert, K. (2024). Study demands–resources theory: Understanding student well-being in higher education. *Educational Psychology Review*, 36(3), 92.

Branch, T. (2011). *The cartel: Inside the rise and imminent fall of the NCAA*. Byliner.

Brunton, J., & Mackintosh, C. (2017). University sport and public policy: Implications for future research. *International Journal of Sport Policy and Politics*, 9(3), 373–376. <https://doi.org/10.1080/19406940.2017.1361460>

Brown, D. J., Fletcher, D., Henry, I., Borrie, A., Emmett, J., Buzza, A., & Wombwell, S. (2015). A British university case study of the transitional experiences of student-athletes. *Psychology of Sport and Exercise*, 21, 78–90.

Capranica, L., Doupona, M., Abelkalns, I., Bisenieks, U., Sánchez-Pato, A., Cánovas-Alvarez, F. J., Figueiredo, A. J., García-Roca, J. A., Leiva-Arcas, A., Meroo, L., Paegle, A., Radu, L.-E., Rus, C.-M., Rusu, O.-M., Sarmiento, H., Stončius, J., Vaz, V., Ghinassi, B., Izzicupo, P., & Di Baldassarre, A. (2022). Understanding dual career views of European university athletes: The More Than Gold project focus groups. *PLOS ONE*, 17(2), Article e0264175.

Cardinal, B. J., & Casebolt, K. M. (2022). College and university instructional physical activity programs, as relevant now as ever. *International Journal of Kinesiology in Higher Education*, 6(2), 77–82. <https://doi.org/10.1080/24711616.2020.1869512>

Çaglar, E. (2009). Similarities and differences in physical self-concept of males and females during late adolescence and early adulthood. *Adolescence*, 44(174), 407–419.

Chung, P. K., Liu, J. D., & Chen, W. P. (2013). Perceived constraints on recreational sport participation: Evidence from Chinese university students in Hong Kong. *World Leisure Journal*, 55(4), 347–359. <https://doi.org/10.1080/04419057.2013.836559>

Clayton, B., & Humberstone, B. (2006). Men’s talk: A (hegemonic) masculinity of drinking and football. *Men and Masculinities*, 9(1), 70–92.

Coley, J. S., Gomez, G., Kurtz, A., & Baeth, A. (2025). Promoting equality in college sports: LGBTQ+-inclusive policies in NCAA Division I athletic departments. *Sexuality Research & Social Policy*, 22(3), 1105–1122. <https://doi.org/10.1007/s13178-024-01031-1>

Comeaux, E. (2015). Innovative research into practice in support centers for college athletes: Implications for the academic progress rate initiative. *Journal of College Student Development*, 56(3), 274–279. <https://doi.org/10.1353/csd.2015.0029>

Comeaux, E., & Harrison, C. K. (2011). A conceptual model of academic success for student-athletes. *Educational Researcher*, 40(5), 235–245. <https://doi.org/10.3102/0013189X11415260>

Crowley, J. N. (2006). *In the arena: The NCAA's first century*. National Collegiate Athletic Association.

da Guia Ferraz, A. (2022). *Carreira dual como um projeto de vida: Desafios do presente, potencialidades do futuro* (Order No. 30663308) [Tese de doutoramento, Universidade do Porto]. ProQuest Dissertations & Theses.

Dempster, S. (2009). Having the balls, having it all? Sport and constructions of undergraduate laddish masculinities. *Gender and Education*, 21(5), 481–500.

Devine, C. (2018). Sex, sport and money: Voice, choice and distributive justice in England, Scotland and Wales. *Sport, Education and Society*, 23(9), 824–839.

Devecioglu, S., Yildiz, M., & Yildiz, K. (2012). Examination of socialization levels of university students engaging in individual and team sports. *European Journal of Educational Research*, 1(3), 191–198.

Domingos, N. (2010). Building a motor habitus: Physical education in the Portuguese Estado Novo. *International Review for the Sociology of Sport*, 45(1), 23–37.

Douglas, J., McClelland, R., & Davies, J. (2008). The development of a conceptual model of student satisfaction with their experience in higher education. *Quality Assurance in Education*, 16(1), 19–35.

Eckenrod, M. R., & Nam, B. H. (2021). Academic aspects of American intercollegiate athletics: History, ideology, issues, and global prospects. *International Journal of Sport Policy and Politics*, 13(1), 187–199. <https://doi.org/10.1080/19406940.2020.1853197>

Elkins, D. J., Forrester, S. A., & Noël-Elkins, A. V. (2011). The contribution of campus recreational sports participation to perceived sense of campus community. *Recreational Sports Journal*, 35(1), 24–34.

Emrich, E., Pitsch, W., & Papathanassiou, V. (2009). Sports development and elite athletes in European systems. *European Journal for Sport and Society*, 6(2), 115–134.

European Commission. (2007). *White paper on sport*. Office for Official Publications of the European Communities.

European Commission. (2012). *EU guidelines on dual careers of athletes*. Publications Office of the European Union.

European Commission. (2025). *Physical activity and health*. Directorate-General for Education, Youth, Sport and Culture.

Fonzo, E. (2024). The Italian Olimpiadi Universitarie of 1922: At the origins of the Fascist ideology of sport. *Modern Italy*, 29(1), 3–17.

Foster, B. J., & Lally, P. S. (2021). “It was like losing a part of me”: Student-athlete experiences of transitioning out of intercollegiate sport. *Journal of Amateur Sport*, 7(1), 1–27. <https://doi.org/10.17161/jas.v7i1.14238>

Fridberg, T. (2010). Sport and exercise in Denmark, Scandinavia and Europe. *Sport in Society*, 13(4), 583–592.

Gallien, C.-L. (2019). *La Confédération Internationale des Étudiants 1919–2019*.

Green, M. (2004). Changing policy priorities for sport in England: The emergence of elite sport development as a key policy concern. *Leisure Studies*, 23(4), 365–385.

Griffiths, K., Bullough, S., Shibli, S., & Wilson, J. (2017). The impact of engagement in sport on graduate employability: Implications for higher education policy and practice. *International Journal of Sport Policy and Politics*, 9(3), 431–451.

Groves, M., Biscoomb, K., Nevill, A., & Matheson, H. (2008). Exercise dependence, self-esteem and identity reinforcement: A comparison of three universities in the United Kingdom. *Sport in Society*, 11(1), 59–73.

Grundy, P., & Rader, B. (2015). *American sports from the age of folk games to the age of televised sports* (7th ed.). Pearson.

Gupta, K., & Ginwal, P. (2026). From strategy to evaluation: A social determinants of healthy campus framework for evaluating U.S. campus health programs. *Evaluation and Program Planning*, 117, 102777.

Haines, D. J. (2001). Undergraduate student benefits from university recreation. *Recreational Sports Journal*, 25(1), 25–33. <https://doi.org/10.1123/nirsa.25.1.25>

Harris, W. L. (2025). *How collegiate student-athletes navigate athletic and academic demands: A qualitative phenomenological study* (Order No. 32122301) [Doctoral dissertation]. ProQuest Dissertations and Theses Global.

Hawkins, B., Baker, A. R., & Brackebusch, V. B. (2015). Intercollegiate athletics and amateurism. In E. Comeaux (Ed.), *Introduction to intercollegiate athletics* (pp. 312–325). Johns Hopkins University Press.

Henry, I., & Ko, L. M. (Eds.). (2018). *Routledge handbook of sport policy*. Routledge.

Henchy, A. (2013). The perceived benefits of participating in campus recreation programs and facilities: A comparison between undergraduate and graduate students. *Recreational Sports Journal*, 37(2), 97–105. <https://doi.org/10.1123/rsj.37.2.97>

Holt, R. (1989). *Sport and the British: A modern history*. Oxford University Press.

Hoye, R., Smith, A., Nicholson, M., & Stewart, B. (2018). *Sport management: Principles and applications*. Routledge.

Hristova, P. (2020). The purpose of the subject physical education and sport in the system for higher education in Republic of Bulgaria. *Strategies for Policy in Science & Education*, 28(6), 614–624.

Hsieh, H. F., & Shannon, S. E. (2005). Three approaches to qualitative content analysis. *Qualitative Health Research*, 15(9), 1277–1288. <https://doi.org/10.1177/1049732305276687>

Huang, Y. R., & Chang, S. M. (2004). Academic and cocurricular involvement: Their relationship and the best combinations for student growth. *Journal of College Student Development*, 45(4), 391–406. <https://doi.org/10.1353/csd.2004.0049>

Jadotte, Y. T., et al. (2016). Interprofessional collaboration and health outcomes: A systematic review and meta-synthesis. In C. Holly, S. Salmond, & M. Saimbert (Eds.), *Comprehensive systematic review for advanced practice nursing* (2nd ed., pp. 425–447). Springer.

Kampf, S., & Teske, E. J. (2013). Collegiate recreation participation and retention. *Recreational Sports Journal*, 37(2), 85–96. <https://doi.org/10.1123/rsj.37.2.85>

Keys, B. (2006). *Globalizing sport: National rivalry and international community in the 1930s*. Harvard University Press.

Kim, B., & Kim, Y. (2019). Growing as social beings: How social media use for college sports is associated with college students' group identity and collective self-esteem. *Computers in Human Behavior*, 97, 241–249. <https://doi.org/10.1016/j.chb.2019.03.016>

Krüger, M. (2012). Sports in the German university from about 1900 until the early years of the Federal Republic of Germany: The example of Muenster and the Westfaelische

Wilhelms-University. *The International Journal of the History of Sport*, 29(14), 1981–1997. <https://doi.org/10.1080/09523367.2012.694072>

Laqua, D. (2017). Activism in the “Students League of Nations”: International student politics and the Confédération Internationale des Étudiants 1919–1939. *English Historical Review*, 132, 605–637.

Lee, Y., Pond, A., Hums, M. A., & George, C. (2022). The KUSF and the NCAA: A comparative study of national collegiate sport organizations’ academic policies. *Educational Research for Policy and Practice*, 21, 323–337. <https://doi.org/10.1007/s10671-022-09314-3>

Lindsey, R., & Sessoms, E. (2006). Assessment of a campus recreation program on student recruitment, retention, and frequency of participation across certain demographic variables. *Recreational Sports Journal*, 30(1), 30–39.

Liu, M., Shi, B., & Gao, X. (2024). The way to relieve college students’ academic stress: The influence mechanism of sports interest and sports atmosphere. *BMC Psychology*, 12(1), 327.

Love, A., Watkins, J., & Kim, S. (2017). Admissions selectivity and major distribution in big-time collegiate football. *Journal of Issues in Intercollegiate Athletics*, 10, 1–16.

Lumpkin, A. (2015). Ethical issues in intercollegiate athletics: Purpose achieved or challenged? In E. Comeaux (Ed.), *Introduction to intercollegiate athletics* (pp. 48–58). Johns Hopkins University Press.

McAnallen, D., Mossey, P., & Moore, S. (2007). The “temporary diaspora” at play: The development of Gaelic games in British universities. *Sport in Society*, 10(3), 402–424.

Miller, J. J. (2011). Impact of a university recreation center on social belonging and student retention. *Recreational Sports Journal*, 35(2), 117–129. <https://doi.org/10.1123/rsj.35.2.117>

Miragaia, D. A. M., Ferreira, J. J. M., & Vieira, C. T. (2024). Efficiency of non-profit organisations: A DEA analysis in support of strategic decision-making. *Journal of the Knowledge Economy*, 15(1), 3239–3265.

Mota, J., & Silva, G. (1999). Adolescents' physical activity: Association with socio-economic status and parental participation among a Portuguese sample. *Sport, Education and Society*, 4(2), 193–199.

O'Brien, K. S., Ferris, J., Greenlees, I., Jowett, S., Rhind, D., Cook, P. A., & Kypri, K. (2014). Alcohol industry sponsorship and hazardous drinking in UK university students who play sport. *Addiction*, 109, 1647–1654.

Parente, F. (2025). *Gestão do desporto nas instituições de ensino superior: Um projeto para construir*. HC Editora.

Park, R. J. (2010). *Sport, body, and society in East Asia*. Routledge.

Partington, S., Partington, E., Heather, N., Longstaff, F., Allsop, S., Jankowski, M., Wareham, H., Stephens, R., & St Clair Gibson, A. (2013). The relationship between membership of a university sports group and drinking behaviour among students at English universities. *Addiction Research & Theory*, 21(4), 339–347. <https://doi.org/10.3109/16066359.2012.727508>

Pascarella, E. T., Edison, M., Nora, A., Hagedorn, L. S., & Terenzini, P. T. (1999). Influences on students' openness to diversity and challenge in the first year of college. *The Journal of Higher Education*, 70(2), 174–195. <https://doi.org/10.1080/00221546.1999.11780759>

Pessoa, V. L. de F., & Dias, C. (n.d.). *História do esporte universitário no Brasil (1933–1941)*.

Phipps, C. (2020). “We already do enough around equality and diversity”: Action taken by student union officers to promote LGBT+ inclusion in university sport. *Sociology of Sport Journal*, 37(4), 310–318.

Pierce, J., & Delahaye, B. L. (1996). Human resource management implications of dual-career couples. *The International Journal of Human Resource Management*, 7(4), 905–923. <https://doi.org/10.1080/09585199600000163>

Pifer, N. D., & Huml, M. R. (2025). From NIL to real estate: Strategic revenue adaptation in the post-house era of college athletics. *Frontiers in Sports and Active Living*, 7, 1728507. <https://doi.org/10.3389/fspor.2025.1728507>

Pitt, J., Jones, M., & Wright, P. (2021). *Digital transformation in sport: Technology, innovation and governance*. Routledge.

Pope, S. W. (2009). *Patriotic games: Sporting traditions in the American imagination, 1876–1926*. Oxford University Press.

Popeska, B., & Jovanova-Mitkovska, S. (2014). Realization of sport and recreation curriculum at Goce Delcev University. In *Proceedings of the 6th FIEP European Congress* (pp. 1–6). FIEP.

Popeska, B., Barbareev, K., & Janevik, E. (2015). Organization and realization of university sport activities in Goce Delcev University – Stip. *Procedia - Social and Behavioral Sciences*, 197, 2293–2303. <https://doi.org/10.1016/j.sbspro.2015.07.256>

Popp, N., Hums, M. A., & Greenwell, T. C. (2009). Do international student-athletes view the purpose of sport differently than United States student-athletes at NCAA Division I universities? *Journal of Issues in Intercollegiate Athletics*, 93–110.

Riordan, J. (1999). *Sport in Soviet society: Development of sport and physical education in Russia and the USSR*. Cambridge University Press.

Roberts, S., Reeves, M., & Ryrie, A. (2014). The influence of physical activity, sport and exercise motives among UK-based university students. *Journal of Further and Higher Education*.

Sanderson, H., DeRousie, J., & Guistwite, N. (2017). Impact of collegiate recreation on academic success. *Journal of Student Affairs Research and Practice*, 55(1), 40–53. <https://doi.org/10.1080/19496591.2017.1357566>

Santamaría, M. C., Palmero-Cámara, C., & Jiménez-Palmero, A. (2019). Diferencias en los motivos hacia la actividad física de los universitarios según nivel de actividad y su relación con la satisfacción del servicio deportivo universitario. *Retos*, 35, 191–195. <https://doi.org/10.47197/retos.v0i35.62284>

Schultz, B., & Sheffer, M. L. (2018). The mascot that wouldn't die: A case study of fan identification and mascot loyalty. *Sport in Society*, 21(3), 482–496. <https://doi.org/10.1080/17430437.2017.1346622>

Shilbury, D., & Ferkins, L. (2019). *Leadership in sport organizations: A strategic perspective*. Routledge.

Shulruf, B., Tumen, S., & Tolley, H. (2008). Extracurricular activities in school, do they matter? *Children and Youth Services Review*, 30(8), 1023–1037.

Singer, J. N., & Cunningham, G. B. (2012). A case study of the diversity culture of an American university athletic department: Perceptions of senior level administrators. *Sport, Education and Society*, 17(5), 647–669. <https://doi.org/10.1080/13573322.2011.552572>

Škorić, S., & Bartoluci, M. (2014). Planning in the Croatian national sport federations. *Planiranje Hrvatskim Nacionalnim Sportskim Savezima*, 46, 119–125.

Smith, R. A. (2011). *Pay for play: A history of big-time college athletic reform*. University of Illinois Press.

Stambulova, N. B., & Wylleman, P. (2019). Psychology of athletes' dual careers: A state-of-the-art critical review of the European discourse. *Psychology of Sport and Exercise*, 42, 74–88. <https://doi.org/10.1016/j.psychsport.2018.11.013>

Tompsett, J., & Knoester, C. (2021). The making of a college athlete: High school experiences, socioeconomic advantages, and the likelihood of playing college sports. *Sociology of Sport Journal*, 38(2), 95–107. <https://doi.org/10.1123/ssj.2020-0123>

Trice, H., & Beyer, J. (1993). *The cultures of work organizations*. Prentice Hall.

Tsai, C. T. L., & Zhou, L. (2017). The history of sports and physical education in China. *World Leisure Journal*, 59(4), 326–337. <https://doi.org/10.1080/16078055.2016.1216888>

Washington, M., & Patterson, K. D. W. (2019). The evolving institutional work of the National Collegiate Athletic Association to maintain dominance in a fragmented field. *Sport Management Review*, 22(3), 379–394. <https://doi.org/10.1016/j.smr.2018.05.002>

Weight, E. A., & Ross, S. R. (2015). Academics, eligibility, and life skills. In E. A. Weight & R. H. Zullo (Eds.), *Administration of intercollegiate athletics* (pp. 97–116). Human Kinetics.

Weiss, O. (2010). University sports: Major development and new perspectives. *Physical Culture and Sport. Studies and Research*, 48, 66–70.

Yıldız, Y., & Ekici, S. (2017). Investigation of the effect of sports on the level of happiness and socialization of university students. *Niğde University Journal of Physical Education and Sport Sciences*, 11(2).

Zimbalist, A. (2013). Inequality in intercollegiate athletics: Origins, trends and policies. *Journal of Intercollegiate Sport*, 6(1), 5–24. <https://doi.org/10.1123/jis.6.1.5>

5. Considerações Finais

A presente dissertação evidenciou que o desporto universitário, no contexto europeu, deve ser compreendido como um domínio de intervenção pública com forte ênfase nas suas dimensões social, educativa e política. A revisão da literatura mostrou que as políticas desportivas contemporâneas se afastaram de uma lógica exclusiva de rendimento e passaram a integrar preocupações com a saúde pública, a inclusão social, a coesão comunitária e o desenvolvimento humano ao longo da vida. Neste quadro, o ensino superior assume particular relevância, quer por acolher uma população em fase crítica de consolidação de hábitos de atividade física, quer pela sua capacidade institucional para desenhar contextos favoráveis à prática regular de atividade física e desporto. Simultaneamente, constatou-se que este potencial ainda não é plenamente reconhecido nas agendas políticas nacionais e europeias, o que contribui para uma certa marginalidade do desporto universitário face a outras prioridades institucionais.

A análise realizada confirmou que a participação desportiva no ensino superior está associada a múltiplos benefícios, designadamente ao nível da saúde física e mental, da integração académica, do bem-estar subjetivo, da empregabilidade e do desenvolvimento de competências pessoais e sociais. Estes benefícios assumem particular importância num contexto em que se registam níveis preocupantes de sedentarismo, prevalência de problemas de saúde mental e perceções de isolamento entre estudantes do ensino superior. Contudo, verificou-se também que essa participação continua condicionada por diversos obstáculos, entre os quais sobressaem a sobrecarga académica, a incompatibilidade de horários, a falta de formatos flexíveis, os custos, a perceção limitada de apoio institucional e as desigualdades que afetam grupos sub-representados. Torna-se, por isso, claro que a promoção do desporto no ensino superior não pode assentar apenas na existência formal de competições ou programas, exigindo antes políticas intencionalmente desenhadas para responder à heterogeneidade da população estudantil e às especificidades da vida universitária, evitando que o acesso à prática desportiva se torne mais um fator de desigualdade.

No que respeita à revisão sistemática, os resultados revelaram um campo de investigação ainda fragmentado e pouco consolidado no espaço europeu. Embora existam estudos sobre benefícios, sociologia do desporto, marcos históricos e alguns aspetos de gestão, persiste uma escassez de investigação especificamente centrada nas políticas desportivas de ensino superior, nos seus modelos de governação, nas estratégias institucionais de promoção da participação e nos mecanismos de articulação entre instituições de ensino superior, federações e movimento associativo. Esta dispersão temática reforça a ideia de que o desporto universitário permanece subexplorado enquanto objeto político e organizacional, mesmo quando a literatura reconhece a sua relevância social e educativa. Em particular, nota-se a ausência de abordagens comparativas entre países, de estudos longitudinais que permitam acompanhar trajetórias de participação ao longo do ciclo académico e de análises aprofundadas sobre o impacto real das políticas adotadas.

Uma das principais conclusões deste trabalho é, por conseguinte, a necessidade de reforçar o estudo, o desenho e a implementação de políticas desportivas no ensino superior europeu, entendendo-as como parte integrante das políticas públicas de saúde, educação e juventude. Tal implica reconhecer que o êxito destas políticas depende não apenas de orientações macro ou de enquadramentos normativos, mas também da capacidade das instituições de ensino superior em desenvolver ofertas diversificadas, acessíveis e inclusivas, em estabelecer parcerias estratégicas e em envolver ativamente os estudantes na definição das respostas. O movimento associativo estudantil, em articulação com as instituições e as entidades de coordenação desportiva, emerge neste contexto como ator central, pela proximidade às necessidades da população estudantil e pelo seu potencial mobilizador e formativo. Importa, contudo, garantir que estes atores dispõem de recursos, reconhecimento institucional e espaços de participação efetiva nos processos de decisão.

Do ponto de vista prático, a dissertação sugere que as instituições de ensino superior poderão beneficiar de estratégias que combinem programas estruturados de desporto e atividade física com ações de sensibilização, comunicação e apoio psicossocial, reforçando a perceção do campus como ambiente promotor de estilos de vida saudáveis. Isto passa, por exemplo, pela integração do desporto em planos estratégicos institucionais, pela criação de

modelos de governação que aproximem serviços de desporto, serviços de apoio ao estudante e unidades académicas, e pela adoção de instrumentos de monitorização que permitam avaliar regularmente níveis de participação, satisfação e impacto das iniciativas desenvolvidas. Do lado das políticas públicas, torna-se igualmente relevante assegurar a articulação entre responsáveis pela educação, juventude, saúde e desporto, evitando respostas fragmentadas e promovendo uma visão mais coerente sobre o papel do desporto universitário.

A dissertação apresenta também um conjunto de limitações que importa reconhecer. Em primeiro lugar, apesar do esforço de abrangência, a revisão sistemática foi condicionada pela disponibilidade de estudos publicados em determinadas línguas e bases de dados, o que pode ter levado à sub-representação de alguns contextos nacionais ou regionais. Em segundo lugar, a análise centrou-se em publicações avaliadas por pares e relatórios institucionais, não incluindo, por exemplo, documentos internos de universidades ou experiências piloto não formalmente publicadas, que poderiam acrescentar nuances importantes. Em terceiro lugar, a própria natureza qualitativa e interpretativa de parte da literatura analisada implica que as conclusões devam ser lidas como construções contextuais, e não como generalizações universalmente válidas para todo o espaço europeu.

Estas limitações abrem, no entanto, caminho para futuras investigações. Uma primeira linha de trabalho poderá consistir na realização de estudos comparativos entre países, que permitam analisar diferentes modelos de organização e governação do desporto universitário, bem como as respetivas implicações em termos de participação e equidade. Uma segunda linha passa pelo desenvolvimento de estudos longitudinais que acompanhem estudantes ao longo do seu percurso no ensino superior, de modo a compreender de que forma a participação desportiva se relaciona com a evolução da saúde, do desempenho académico e da integração social. Uma terceira linha, mais orientada para a intervenção, poderá focar-se na avaliação de programas específicos de promoção da atividade física em campus universitários, incluindo a análise de custo-benefício e de impacto em subgrupos populacionais.

Em síntese, a dissertação sustenta que o desporto universitário deve ser pensado e valorizado como instrumento de intervenção pública com potencial estruturante. A sua consolidação política e institucional pode contribuir não só para aumentar os níveis de prática desportiva durante a frequência do ensino superior, como também para estabilizar hábitos de atividade física ao longo da vida, reforçar culturas institucionais mais saudáveis e inclusivas e formar cidadãos mais participativos e conscientes do valor social do desporto. O aprofundamento científico deste campo e o aperfeiçoamento das políticas que o enquadram constituem, assim, passos decisivos para que o ensino superior europeu possa assumir plenamente o seu papel na promoção do desporto enquanto direito, bem público e motor de desenvolvimento humano e social.

6. Referências

- Adriaanse, J. A., & Claringbould, I. (2016). Gender equality in sport leadership: From the Brighton Declaration to the Sydney Scoreboard. *International Review for the Sociology of Sport*, 51(5), 547–566. <https://doi.org/10.1177/1012690214525275>
- Alkhalil, A., & Abdalrahim, A. (2019). University students' physical activity: Perceived barriers and facilitators. *International Journal of Adolescence and Youth*, 24(3), 1–13. <https://doi.org/10.1080/02673843.2018.1528169>
- Alsubaie, A. S., et al. (2022). Barriers to physical activity among Saudi university students. *BMC Public Health*, 22, 1464. <https://doi.org/10.1186/s12889-022-13798-8>
- Antunes, R., Couto, N., Vitorino, A., Viana, J., & Vitorino, C. (2021). Relationship between physical activity and school performance in higher education students: Integrative literature review. *Millennium*, 2(16), 109–114. <https://doi.org/10.29352/mill0216e.13.00332>
- Aquilina, D., & Henry, I. (2010). Elite athletes and university education in Europe: A review of policy and practice in higher education in the European Union member states. *International Journal of Sport Policy and Politics*, 2(1), 25–47. <https://doi.org/10.1080/19406941003634024>
- Bailey, R. (2006). Physical education and sport in schools: A review of benefits and outcomes. *Journal of School Health*, 76(8), 397–401. <https://doi.org/10.1111/j.1746-1561.2006.00132.x>
- Bailey, R., Hillman, C., Arent, S., & Petitpas, A. (2013). Physical activity: An underestimated investment in human capital? *Journal of Physical Activity and Health*, 10(3), 289–308. <https://doi.org/10.1123/jpah.10.3.289>
- Bego, G. A., & dos Anjos, J. R. C. (2020). A importância da educação física escolar para a formação do indivíduo na sociedade. *Revista Saúde UniToledo*, 4(1), 13–26.

Bell, D. R., DiStefano, L., Pandya, N. K., & McGuine, T. A. (2019). The public health consequences of sport specialization. *Journal of Athletic Training*, 54(10), 1013–1020. <https://doi.org/10.4085/1062-6050-521-18>

Bento, J. O., & Constantino, J. M. (2012). *Desporto e municípios. Visão e contextos*.

Bobbio, N. (2000). *Teoria geral da política: A filosofia política e as lições dos clássicos* (M. Bovero, Org.). Elsevier.

Brown, C. E. B., Richardson, K., Halil-Pizzirani, B., Atkins, L., Yücel, M., & Segrave, R. A. (2024). Key influences on university students' physical activity: A systematic review using the Theoretical Domains Framework and the COM-B model of human behaviour. *BMC Public Health*, 24, 418. <https://doi.org/10.1186/s12889-023-17621-4>

Buckworth, J., & Nigg, C. R. (2004). Physical activity, exercise, and sedentary behavior in college students. *Journal of American College Health*, 53(1), 28–34. <https://doi.org/10.3200/JACH.53.1.28-34>

BUCS. (2020). The value of university sport and physical activity. British Universities & Colleges Sport. <https://www.bucs.org.uk>

Bull, F. C., Al-Ansari, S. S., Biddle, S., Borodulin, K., Buman, M. P., Cardon, G., ... Willumsen, J. F. (2020). World Health Organization 2020 guidelines on physical activity and sedentary behaviour. *British Journal of Sports Medicine*, 54(24), 1451–1462. <https://doi.org/10.1136/bjsports-2020-102955>

Caldwell, J. E., et al. (2018). Associations between physical activity, mental health and academic achievement in college students. *Journal of American College Health*, 66(7), 1–9. <https://doi.org/10.1080/07448481.2018.1454920>

Capranica, L., Guidotti, F., Gonçalves, C. E., Migueles, J. H., Moreira, L., & Piacentini, M. F. (2022). Dual career of European student-athletes: A systematic literature

review. *International Journal of Sport and Exercise Psychology*, 20(1), 1–23.
<https://doi.org/10.1080/1612197X.2020.1737327>

Carvalho, M. P. (2010). *Manual de ciência política e sistemas políticos e constitucionais* (3.^a ed.). Quid Juris.

Clayton, B., & Humberstone, B. (2006). Men's talk: A (pro)feminist analysis of male university football players' discourse. *International Review for the Sociology of Sport*, 41(3–4), 295–316. <https://doi.org/10.1177/1012690207077700>

Coalter, F. (2007). *A wider social role for sport: Who's keeping the score?* Routledge.

Colaço, C. P., & Fleck, L. A. (2009). Estratégias do desporto universitário: Um estudo de caso sobre o desporto em universidades portuguesas. *Revista Portuguesa de Ciências do Desporto*, 9, 135–148.

Constantino, J. M. (2011). Políticas desportivas em Portugal: Entre a tradição e a mudança. In J. M. Constantino (Ed.), *Políticas públicas do desporto* (pp. 15–38). ICS.

Council of Europe. (1992). *European Sports Charter*. Council of Europe.

Council of the European Union. (2020). Resolution of the Council and of the representatives of the governments of the Member States meeting within the Council on the European Union Work Plan for Sport (2021–2024). *Official Journal of the European Union*, C 419, 1–9.

Deliens, T., Clarys, P., De Bourdeaudhuij, I., & Deforche, B. (2015). Determinants of physical activity and sedentary behaviour in university students: A qualitative study using focus group discussions. *BMC Public Health*, 15, 201. <https://doi.org/10.1186/s12889-015-1553-4>

Dempster, S. (2009). Having the balls, having it all? Sport and constructions of undergraduate laddishness. *Gender and Education*, 21(5), 481–500. <https://doi.org/10.1080/09540250802392202>

Dias, I. (2002). Desporto e autarquias no século XXI. *Revista Desporto*, 2, 22–25.

Dias, C. (2002). O desporto universitário em Portugal: Do associativismo à institucionalização. FADU.

Ding, D., Varela, A. R., Bauman, A. E., Ekelund, U., Lee, I. M., Heath, G., ... Lancet Physical Activity Series 2 Executive Committee. (2020). Towards better evidence-informed global action: Lessons learnt from the Lancet series and recent developments in physical activity and public health. *British Journal of Sports Medicine*, 54(8), 462–468. <https://doi.org/10.1136/bjsports-2019-101001>

Dimock, M. E., Dimock, G. O., & Fox, D. M. (1983). *Public administration* (5th ed.). Holt, Rinehart and Winston.

Donnelly, P., & Coakley, J. (2019). The role of recreation in promoting social inclusion. In P. Donnelly & J. Coakley (Eds.), *Sport and social inclusion* (pp. 13–29). Routledge.

Dooris, M., Farrier, A., & Froggett, L. (2014). Wellbeing: The challenge of operationalising an holistic concept within a reductionist public health programme. *Perspectives in Public Health*, 134(5), 240–247. <https://doi.org/10.1177/1757913914522039>

Dooris, M., Wills, J., & Newton, J. (2014). Theorising healthy settings: A critical discussion with reference to Healthy Universities. *Scandinavian Journal of Public Health*, 42(15 Suppl), 7–16. <https://doi.org/10.1177/1403494814545105>

Downward, P., Hallmann, K., & Rasciute, S. (2014). Exploring the interrelationship between sport, health and social outcomes in the UK: Implications for health policy. *European Journal of Public Health*, 24(3), 415–421. <https://doi.org/10.1093/eurpub/cku017>

Dudley, D. (2015). A conceptual model of observed physical literacy. *The Physical Educator*, 72(5), 236–260. <https://doi.org/10.18666/TPE-2015-V72-I5-6020>

Dudley, D., Cairney, J., Wainwright, N., Kriellaars, D., & Mitchell, D. (2017). Critical considerations for physical literacy policy in public health, recreation, sport, and education agencies. *Quest*, 69(4), 436–452. <https://doi.org/10.1080/00336297.2016.1268967>

Dye, T. R. (2013). *Understanding public policy* (14th ed.). Pearson.

European Commission. (2007). *White paper on sport*. Office for Official Publications of the European Communities.

European Commission. (2017). *Communication on a renewed EU agenda for higher education*. <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/?uri=CELEX:52017DC0247>

European Commission. (2018). *Special Eurobarometer 472: Sport and physical activity*. <https://doi.org/10.2766/483047>

European University Sports Association. (2020). *University sport in Europe: Trends and challenges*. <https://www.eusa.eu>

ESOM. (2024). *ESOM research report: Analytical insights and methodological approaches. European Students as Change Agents for Sustainable and Healthy Universities*.

FADU. (2026). *Estudo de diagnóstico do desporto universitário em Portugal*. Federação Académica do Desporto Universitário. <https://www.fadu.pt>

Firea, A. (1983). University sport and the future of sport systems. *International Journal of Physical Education*, 20(2), 15–22.

Fonzo, E. (2024). The Italian Olimpiadi Universitarie of 1922: At the origins of the Fascist ideology of sport. *Modern Italy*, 29(1), 85–98. <https://doi.org/10.1017/mit.2023.38>

Gheorghe, G. (2014). Management of university sport clubs: Professionalization and modernization strategies. *Procedia – Social and Behavioral Sciences*, 117, 240–245. <https://doi.org/10.1016/j.sbspro.2014.02.206>

Governo de Portugal. (2026). Resolução do Conselho de Ministros n.º 54/2026, de 17 de março. Aprova o Plano Nacional de Desenvolvimento Desportivo. *Diário da República*.

Grasso, R. M. F. P. (2015). Políticas públicas de esporte e lazer: Uma análise da gestão do município de Santarém – PA (2005–2012) [Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Minas Gerais]. <https://hdl.handle.net/1843/BUBD-A7EK94>

Griffiths, M. K., Bullough, S. J., Shibli, S., & Wilson, J. (2017). The impact of engagement in sport on graduate employability. *Journal of Hospitality, Leisure, Sport & Tourism Education*, 20, 31–39. <https://doi.org/10.1016/j.jhlste.2017.01.003>

Griffiths, K., Moore, R., & Brunton, J. (2022). Sport and physical activity habits, behaviours and barriers to participation in university students: An exploration by socio-economic group. *Sport, Education and Society*, 27(8), 923–940. <https://doi.org/10.1080/13573322.2020.1837766>

Grix, J. (2009). The impact of UK sport policy on the governance of athletics. *International Journal of Sport Policy and Politics*, 1(1), 31–49. <https://doi.org/10.1080/19406940802681202>

Holmes, B. (2011). Citizens' engagement in policymaking and the design of public services. Department of Parliamentary Services.

Houlihan, B. (2005). Public sector sport policy: Developing a framework for analysis. *International Review for the Sociology of Sport*, 40(2), 163–185. <https://doi.org/10.1177/1012690205057193>

Houlihan, B. (2014). *The government and politics of sport*. Routledge.

Houlihan, B., & Green, M. (2008). Comparative elite sport development: Systems, structures and public policy. Butterworth-Heinemann.

Huang, J., et al. (2018). Exercise interventions and mental health in university students: A meta-analysis. *Journal of Affective Disorders*, 234, 1–10. <https://doi.org/10.1016/j.jad.2018.02.058>

Hums, M. A., & MacLean, J. C. (2017). Governance and policy in sport organizations (4th ed.). Routledge.

IPDJ. (2023). Relatório de atividades e plano de atividades 2024. Instituto Português do Desporto e Juventude. <https://ipdj.gov.pt>

Keating, X. D., Guan, J., Piñero, J. C., & Bridges, D. M. (2005). A meta-analysis of college students' physical activity behaviors. *Journal of American College Health*, 54(2), 116–126. <https://doi.org/10.3200/JACH.54.2.116-126>

Kickbusch, I. (2003). The contribution of the World Health Organization to a new public health and health promotion. *American Journal of Public Health*, 93(3), 383–388. <https://doi.org/10.2105/AJPH.93.3.383>

Kingdon, J. W. (2014). Agendas, alternatives, and public policies (2nd ed.). Pearson.

Kirk, D. (2010). Physical education futures. Routledge.

Kljajević, V., Stanković, M., Đorđević, D., Trkulja-Petković, D., Jovanović, R., Plazibat, K., Oršolić, M., Čurić, M., & Sporiš, G. (2022). Physical activity and physical fitness among university students: A systematic review. *International Journal of Environmental Research and Public Health*, 19(1), 158. <https://doi.org/10.3390/ijerph19010158>

Knill, C., & Tosun, J. (2020). Public policy: A new introduction. Bloomsbury.

Lei n.º 5/2007, de 16 de janeiro. Lei de Bases da Atividade Física e do Desporto. *Diário da República*, 1.ª série (11).

Lesage, F. X., Sabiston, C. M., & Chastin, S. F. M. (2012). Development and validation of the university students' physical activity motivation scale. *Journal of American College Health*, 60(1), 14–22. <https://doi.org/10.1080/07448481.2011.570689>

Leslie, E., Sparling, P. B., & Owen, N. (1999). University campus settings and the promotion of physical activity in young adults: Lessons from research in Australia and the USA. *Health Education*, 99(3), 101–108. <https://doi.org/10.1108/09654289910270429>

Lopes, J. (2017). Plano nacional de formação de treinadores: Gestão do desporto. Instituto Português do Desporto e Juventude.

Lopes, J. (2017). Sistema desportivo português: Estrutura, governação e desafios futuros. *Revista Portuguesa de Ciências do Desporto*, 17(4), 9–24.

Marivoet, S. (2018). Sport policy in Portugal. *International Journal of Sport Policy and Politics*, 10(4), 729–742. <https://doi.org/10.1080/19406940.2018.1530219>

Marques, M. L. (2024). *Actividade física e políticas de saúde pública: Uma avaliação de políticas públicas*. Lisbon International Press.

Mastrodi, J., & Ifanger, F. C. A. (2019). Sobre o conceito de políticas públicas. *Revista de Direito Brasileiro*, 24(9), 3–16.

Martins, J., Marques, A., Peralta, M., Palmeira, A., & Ferreira, J. (2022). Barriers to physical activity among high school and university students: A systematic review. *International Journal of Environmental Research and Public Health*, 19(7), 4102. <https://doi.org/10.3390/ijerph19074102>

Miragaia, D. A. M., Ferreira, J., & Rachão, S. (2024). Efficiency and sustainability of portuguese university sport clubs: Challenges and opportunities. *European Sport Management Quarterly*, 24(1), 45–65. <https://doi.org/10.1080/16184742.2023.2248473>

Milio, N. (1988). Making healthy public policy: Developing the science by learning the art. *Health Promotion*, 3(3), 263–274. <https://doi.org/10.1093/heapro/3.3.263>

Misener, L., et al. (2020). University sport governance: Balancing performance, participation and inclusion. *Sport Management Review*, 23(5), 845–858. <https://doi.org/10.1016/j.smr.2019.11.004>

NCAA. (2023). NCAA sports sponsorship and participation rates report. <https://www.ncaa.org>

Neumann, F., & Prol, F. M. (2013). O conceito de liberdade política. *Cadernos de Filosofia Alemã: Crítica e Modernidade*, 22, 107–154.

O'Brien, K. S., Ferris, J., Greenlees, I., Jowett, S., Rhind, D., Cook, P. A., & Kypri, K. (2014). Alcohol industry sponsorship and hazardous drinking in UK university students who play sport. *Addiction*, 109(10), 1647–1654. <https://doi.org/10.1111/add.12604>

Parente, F. (2025). *Gestão do desporto nas instituições de ensino superior: Um projeto para construir*. HC Editora.

Partington, S. N., Partington, E., Heather, N., Longstaff, F., Allsop, S., Jankowski, M., Wareham, H., Stephens, R., & St Clair Gibson, A. (2013). The relationship between membership of a university sports group and drinking behaviour among students at English universities. *Addictive Behaviors*, 38(12), 2920–2926. <https://doi.org/10.1016/j.addbeh.2013.08.006>

Phipps, A. (2020). LGBTQ+ inclusion in UK university sport: Policy and practice. *International Review for the Sociology of Sport*, 55(8), 1105–1123. <https://doi.org/10.1177/1012690219873238>

Piepiora, P., Migasiewicz, J., & Witkowski, K. (2020). Physical activity and employability: The role of sport in shaping soft skills. *Physical Culture and Sport. Studies and Research*, 88(1), 50–61. <https://doi.org/10.2478/pcssr-2020-0027>

Plotnikoff, R. C., Costigan, S. A., Williams, R. L., Hutchesson, M. J., Kennedy, S. G., Robards, S. L., Allen, J., Collins, C. E., & Germov, J. (2015). Effectiveness of interventions targeting physical activity, nutrition and healthy weight for university and college students: A systematic review and meta-analysis. *International Journal of Behavioral Nutrition and Physical Activity*, 12, 45. <https://doi.org/10.1186/s12966-015-0203-7>

Popeska, B., & Jovanova-Mitkovska, S. (2014). Effects of mandatory physical education course on students' attitudes and habits towards physical activity. *Research in Physical Education, Sport and Health*, 3(1), 33–40.

Przeworski, A. (1995). *Estado e economia no capitalismo*. Relume-Dumará.

Slack, T., & Parent, M. M. (2006). *Understanding sport organizations: The application of organization theory* (2nd ed.). Human Kinetics.

Sousa, M., Gonçalves, C., Moreira, J., Monteiro, J., & Carvalho, M. J. (2016). Satisfação e retenção de praticantes em contexto universitário: Estudo de caso das atividades aquáticas do programa UPFit. *Revista Intercontinental de Gestão Desportiva*, 6(3), 268–287.

Stylianou, M., Hogan, A., & Enright, E. (2019). Youth sport policy: The enactment and possibilities of soft policy in schools. *Sport, Education and Society*, 24(2), 182–194. <https://doi.org/10.1080/13573322.2017.1339685>

U Sports. (2022). *U Sports annual report 2021–2022*. <https://usports.ca>

UNESCO. (2015). *Quality physical education guidelines for policy-makers*. <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000235407>

Weiss, M. R. (2010). Motivating kids in physical activity. *President's Council on Physical Fitness and Sports Research Digest*, 11(3), 1–8.

Weiss, O. (2010). University sports: Major development and new perspectives. *Biomedical Human Kinetics*, 2(1), 15–19. <https://doi.org/10.2478/v10101-010-0007-z>

Whitehead, M. (Ed.). (2010). *Physical literacy: Throughout the lifecourse*. Routledge. <https://doi.org/10.4324/9780203881903>

Whitehead, M. (2013). Definition of physical literacy and clarification of related issues. *ICSSPE Bulletin: Journal of Sport Science and Physical Education*, 65, 29–34.

Whitehead, M. (Ed.). (2019). *Physical literacy across the world*. Routledge. <https://doi.org/10.4324/9780203702697>

World Health Organization. (1986). *Ottawa charter for health promotion*. <https://www.who.int>

World Health Organization. (2018). *Global action plan on physical activity 2018–2030: More active people for a healthier world*. <https://www.who.int>